A graça de Jesus Cristo e o pecado original

Santo Agostinho

Santo Agostinho

A Graça de Jesus Cristo e o Pecado Original

Tradução de: Souza Campos, E. L. de
TEODORO EDITOR
Niterói – Rio de Janeiro – Brasil
2018

A graça de Jesus Cristo e o pecado original

Santo Agostinho

Livro I: A Graça de Jesus Cristo

Introdução

Santo Agostinho prova que é preciso julgar Pelágio, não baseado em suas confissões falsas ou simuladas, mas, no que se trata da graça, em seus próprios escritos. Ora, Pelágio sempre sustentou que a graça era parte da natureza e do livre arbítrio ou do conhecimento da lei. Assim, a graça divina é, sob seu ponto de vista, a possibilidade da vontade e da ação e não uma ajuda dada à vontade na ação. Além disso, ele sustentava que a graça só é concedida àqueles que a merecem e que ela só lhes propicia uma maior facilidade de cumprir os mandamentos. Agostinho cita fragmentos da obra de Pelágio sobre o livre arbítrio, que estabelecem esse erro em termos formais. Em seguida ele demonstra que uma coisa é a lei e outra coisa é a graça e desenvolve as características da graça verdadeira e cristã. Depois ele vinga Santo Ambrósio, por causa dos louvores que lhe prestou Pelágio, ao invocar seu apoio ao seu erro e cita as palavras do bispo de Milão que fazem à graça divina os mais belos elogios.

Capítulo 01

Ao mesmo tempo em que nos alegramos com sua saúde corporal e, sobretudo, com sua saúde espiritual, bem amados irmãos, felizes amigos de Deus, Albina, Piniano e Melânia, nos apressamos em responder às questões que me dirigem e, com isso, experimentamos uma felicidade indescritível que deixamos a vocês avaliarem a extensão. Pressionado por um lado pelo mensageiro e, por outro, por nossas ocupações em Cartago, muito mais numerosas do que em qualquer outro lugar, traçamos estas linhas com todo empenho e com todo cuidado que pedimos a Deus que nos concedesse.

Capítulo 02

Em sua carta vocês me falam dos esforços que realizaram junto a Pelágio para convencê-lo a se retratar por escrito de todos os erros que o acusam. E então ele respondeu a vocês: "Eu amaldiçoo aquele que acredita ou ensina que a graça de Deus, sob a inspiração da qual Jesus Cristo veio a este mundo para salvar os pecadores[1], não nos é necessária, não apenas para cada hora ou para cada momento, mas também para cada uma de nossas ações. Aqueles que atacam assim a própria natureza e existência da graça, são dignos dos castigos eternos".

[1] 1 Timóteo 1: 15.

Diante de um discurso aparentemente tão formal, qualquer pessoa que ignore o sentido que Pelágio atribui à estas palavras, o sentido que ele lhes dá bem claramente em seus livros, não somente nos livros que ele diz terem sido arrancados de suas mãos antes que ele tivesse podido revê-los e corrigi-los, não somente nos livros que ele vergonhosamente rejeita a paternidade, mas nos próprios livros que ele elogia em suas cartas enviadas a Roma; se, eu reitero, ignorarmos o sentido que ele atribui a essas palavras, como não concluir que elas são de uma perfeita ortodoxia? Mas, por pouco que se conheça suas ideias favoritas, essas mesmas palavras devem parecer suspeitas.

Com efeito, embora essa graça de Deus, pela qual Jesus Cristo veio a este mundo para salvar os pecadores, só consiste para ele na remissão dos pecados e está perfeitamente de acordo com ele mesmo, quando ele sustenta que a graça nos é necessária não apenas para cada hora e para cada momento, mas também para cada uma de nossas ações, pois nós precisamos de sua influência para conservar a lembrança sempre viva da remissão de nossos pecados e o desejo de não mais pecar dali para frente. Enfim, para conseguir essa eliminação completa do pecado, somos ajudados, não por um socorro ou uma força estranha, mas somente pelo poder de nossa vontade, que, em cada uma de nossas ações, se lembra do grande benefício que ela recebeu através da remissão de seus pecados.

Por outro lado, é muito comum os pelagianos sustentarem que Jesus Cristo nos ajuda a não pecar, por que ele nos deixou, na santidade de sua vida e de sua doutrina um belo modelo a ser imitado. Sob este ponto de vista também e sem se contradizerem, eles podem afirmar que a graça nos é necessária em cada instante e para cada uma de nossas ações, no sentido de que, em toda nossa vida nós tenhamos os olhos fixados nos exemplos que nos deixou o Salvador.

Esta simples exposição bastará para vocês compreenderem que a profissão de fé pelagiana sobre a graça é bem diferente da profissão de fé católica e, no entanto, a ambiguidade de seu linguajar é tanta, que poderíamos também compreendê-la mal.

Capítulo 03

Por que nos espantar? Nos atos episcopais[2], Pelágio não aparece lançando energicamente o anátema contra aqueles que sustentam que a graça e a ajuda de Deus não nos são concedidas em cada uma de nossas ações e que essa graça e essa ajuda consistem unicamente no livre arbítrio, na lei e na doutrina? Um linguajar tão firme nos parece que deve dissipar todas as tergiversações; sobretudo que ele próprio condenou aqueles que ensinam que a graça nos é dada segundo nossos méritos.

[2] Cf. *De Gestis Pel*. 14,30.

No entanto, ao tratar do livre arbítrio, nas obras em favor das quais sua carta dirigida a Roma não passa de uma pomposa peça publicitária, ele comete todos os erros que ele parecia ter condenado. Com efeito, se ele admite que a graça e o socorro de Deus nos ajudam a não pecar, ele faz essa graça e esse socorro consistir na natureza, no livre arbítrio, na fé e na doutrina. Em outros termos, o que ele chama de socorro de Deus não passa do ato através do qual ele nos revelou e mostrou o que devemos fazer para evitar o pecado. Quanto a agir conosco, quanto a nos inspirar mesmo a estima pelo bem que devemos fazer, não há necessidade para isso de nenhuma ajuda exterior.

Capítulo 04

Com efeito, no cumprimento dos preceitos divinos, Pelágio distingue três coisas: a possibilidade, a vontade e a ação. Com a primeira o ser humano pode ser justo; com a segunda o ser humano quer ser justo e com a terceira o ser humano se torna justo. A primeira nos é dada pelo Criador da natureza, ela não depende de nosso poder e nós a temos mesmo se não a quisermos. Quanto à vontade e à ação, elas nos pertencem propriamente e só dependem de nós. Quanto à graça de Deus, ela não é um socorro nem para a vontade e nem para a ação, mas unicamente para o que não está em nosso poder, ou seja, para a possibilidade, que somente temos de Deus. Isto não é dizer que o que vem de nós, ou seja, a vontade e a ação, encontram nelas mesmas um poder tal para evitar o

mal e fazer o bem, que elas, de forma alguma, precisam da ajuda de Deus e, pelo contrário, o que vem de Deus, ou seja, a possibilidade, é uma coisa tão fraca que precisa o tempo todo da ajuda da graça?

Capítulo 05

Talvez se seja tentado a acreditar que eu não compreendo suficientemente sua linguagem ou que distorço com prazer o sentido de suas palavras. Pois bem! Eis textualmente as palavras de Pelágio:

"Nós distinguimos estas três coisas e, após um exame minucioso, nós as estabelecemos na seguinte ordem. Colocamos em primeiro lugar o poder, em segundo lugar o querer e em terceiro lugar o ser. Estabelecemos o poder na natureza, o querer no livre arbítrio e o ser no efeito ou na ação. O poder depende de Deus somente, que o conferiu à sua criatura. Quanto ao querer e ao ser, eles dependem do ser humano, pois eles decorrem do livre arbítrio, como sua fonte. Então, a glória do ser humano reside em sua vontade e em suas boas ações. No entanto, o próprio Deus não é estranho a essa glória, pois é ele que dá a possibilidade da vontade e da ação e que, através de sua graça, vem o tempo todo ajudar essa possibilidade. Se então o ser humano pode querer o bem e fazê-lo, é de Deus somente que vem esse poder. Esse poder, por sua vez, não precisa, para existir, nem da vontade e nem da ação, enquanto que a vontade e a ação não poderiam existir sem esse poder. Eu sou, portanto, livre para não ter nem a boa vontade e nem a ação, mas me é impossível

não ter a possibilidade do bem. Ela existe em mim, apesar de mim, pois ela é, essencialmente, inerente a toda natureza criada.

Alguns exemplos esclarecerão essa doutrina. O poder de distinguir os objetos através de nossos olhos não depende de nós, mas depende de nós ver bem ou mal. Generalizando meu pensamento, eu afirmo que podemos fazer, dizer, pensar o bem, mas esse poder nos vem Daquele que no-lo deu e que o ajuda com seu socorro. Mas, quando fazemos, dizemos ou pensamos o bem, tudo isso é exclusivamente nossa própria obra, pois podemos dar a essas operações uma má direção. Quando então, para confrontar sua calúnia, repetimos que o ser humano pode ficar sem pecar, essa confissão de nossa possibilidade recebida é uma ação de graças e louvor prestados a Deus, de quem nos vem essa possibilidade e seria uma loucura para o ser humano se gloriar de uma coisa que se reporta exclusivamente a Deus. Com efeito, não falamos nem da vontade e nem da ação, mas unicamente da possibilidade”[3].

Capítulo 06

Esta é toda a doutrina de Pelágio, tal como a encontramos em seu terceiro livro sobre o livre arbítrio. Aí ele distingue formalmente estas três coisas: o poder, o querer e o ser; ou seja, a possibilidade, a vontade e a ação. No entanto, apesar da sutileza com que ele faz a distinção, quando nos diz, em suas palavras ou em seus escritos, que a ajuda da

[3] PELÁGIO. *Pro Lib. Arb*. 3.

graça nos é necessária para evitar o mal e para fazer o bem e que ele faça essa ajuda consistir da lei e da doutrina ou de qualquer outra coisa, compreendemos seu discurso e não nos enganamos sobre o sentido que ele dá às suas palavras.

Com efeito, devemos saber que ele não aplica essa ajuda divina nem à nossa vontade e nem à ação, mas unicamente à possibilidade da vontade e da ação. Essa possibilidade nós a obtemos de Deus, que a colocou em nossa natureza criada, mas ela é algo de tão fraco que precisa de uma ajuda contínua. Quanto à vontade e à ação, elas nos pertencem propriamente e possuem tanta força e energia que se bastam e não precisam de nenhuma ajuda. Desta forma, Deus não nos ajuda nem a querer e nem a agir; ele só vem em ajuda de nosso poder de querer e de agir.

Mas, contrariamente a essa doutrina, eu ouço o Apóstolo que nos diz: *Trabalhai na vossa salvação com temor e tremor*[4], querendo, por assim dizer, mostrar que a ajuda divina se aplica não apenas ao poder __ como eles próprios concordam (fazendo também consistir essa ajuda da natureza e da doutrina) __ mas à própria ação. O Apóstolo não diz que é Deus quem opera em nós o poder, como se nós tivéssemos por nós mesmos o querer e a ação e que nessas duas operações nós não precisamos de nenhuma ajuda. Pelo contrário, ele afirma categoricamente:

[4] Filipenses 2: 12.

É Deus quem, segundo o seu beneplácito, realiza em vós o querer e o executar[5].

Não se poderia dizer que o Espírito Santo lhe mostrou antecipadamente esses futuros adversários da graça divina e lhe ordenou que os confrontasse, afirmando em alto e bom som que é Deus quem opera em nós o querer e a ação, precisamente por que Pelágio deveria sustentar que estas duas coisas só dependem de nós e não precisam de nenhuma ajuda da graça divina?

Capítulo 07

Que Pelágio, de resto, não se gabe de enganar os imprudentes e os simples, nem de enganar a ele mesmo, por que, após ter dito que "o ser humano pode se glorificar de sua vontade e de sua ação", ele acrescenta, como que para atenuar o alcance de suas palavras: "Mas essa glória é compartilhada pelo ser humano e por Deus". Que ele nos poupe de acreditar que com esta restrição ele entra no círculo da doutrina católica, que nos ensina que Deus opera em nós o querer e o agir. Com efeito, o objetivo que ele se propôs é claramente revelado pelo que se segue: "Deus nos deu a possibilidade da própria vontade e da ação". Que essa possibilidade tenha sido colocada por Deus na natureza, é o que Pelágio afirma claramente, como vimos acima. No entanto, temendo ser acusado de nada dizer sobre a graça, ele acrescentou: "Deus vem incessante-

[5] Filipenses 2: 13.

mente ajudar essa possibilidade através do socorro de sua graça". Não é nem à vontade e nem à ação que ele vem em ajuda e afirmar o contrário teria sido se aproximar da doutrina apostólica. O que Deus ajuda é, portanto, a própria possibilidade, ou seja, uma das três operações que ele colocou na natureza. E, se ele partilha um pouquinho da glória que cabe ao ser humano por sua vontade e sua ação, isso acontece por que, quando o ser humano quer, Deus inspira o ardor pela dileção à sua vontade e também que, quando o ser humano age, Deus coopera com sua ação. No entanto, o que seria do ser humano sem a ajuda de Deus, se Deus partilha da glória humana por que não seríamos capazes nem de querer e nem de agir, se Deus não nos tivesse dado uma natureza tal que nos possibilita querer e agir?

Capítulo 08

Pelágio assegura que essa possibilidade natural é ajudada pela graça de Deus, mas é difícil precisar o que ele entende por essa graça ou qual é a ajuda que ela dá à natureza. No entanto, se consultarmos as passagens nas quais ele formulou mais claramente seu pensamento, estaremos no direito de concluir que, aos seus olhos, a graça que vem em socorro da possibilidade natural não é outra coisa que a fé e a doutrina.

Com efeito, em uma dessas passagens lemos: "Não dão provas de uma profunda ignorância aqueles que nos acusam de desconsiderar a

graça divina, por que dissemos que essa graça não poderia produzir em nós uma santidade perfeita sem a ajuda de nossa vontade? Foi então à sua graça que Deus impôs preceitos? Não foi aos próprios seres humanos? Mas, reservando-se vir em ajuda através de sua graça, para que eles sejam obrigados a fazer por seu livre arbítrio, eles não o fazem mais facilmente com a ajuda da graça?”[6] Depois, querendo nos esclarecer de qual graça ele fala, ele acrescenta: “Essa graça, seja o que for que você pensa, não consiste unicamente na lei, mas também no socorro de Deus”. Como não desejar que ele nos mostre de qual graça ele quer falar? Com efeito, o importante para nós seria que ele provasse o que diz, ou seja, que a graça não consiste somente na lei. Essa espera nos mantém em suspense. Vejamos então; ele diz que: “Deus nos ajuda através de sua doutrina e através de sua revelação, quando ele abre os olhos de nosso coração; quando ele nos descortina o futuro, para que não nos sufoquemos com as preocupações do presente; quando nos desvela os embustes do demônio; quando nos esclarece o dom multiforme e inefável da graça celeste”. Por fim, concluindo sua proposição por um tipo de absolvição, ele acrescenta: “Aquele que fala assim pode ainda lhes parecer negar a graça? Ele não confessa ao mesmo tempo o livre arbítrio humano e a graça de Deus?”

Ora, em toda esta enumeração ele não sai do domínio da lei e da doutrina. Ele declara em alto e bom som que é a graça que nos ajuda e

[6] PELÁGIO. *Pro Lib. Arb*. 1.

só faz repetir o que já havia dito: “Professamos que a graça consiste no socorro de Deus”. Esse socorro ele nos insinua sob diversas formas, quando nos fala sucessivamente da doutrina e da revelação, dos olhos abertos do coração, da demonstração do futuro, dos embustes diabólicos expostos e da iluminação através do dom multiforme e inefável da graça celeste. E tudo isso para nos ensinar os preceitos de Deus e suas promessas. Isso não é transformar a graça na lei e na doutrina?

Capítulo 09

A graça que ele confessa é, portanto, aquela através da qual Deus nos demonstra e nos revela o que devemos fazer, mas, de forma alguma, aquela através da qual ele nos ajuda a agir. Ora, não é sabido que o conhecimento da lei, quando não é acompanhado da ajuda da graça, só produz comumente a prevaricação do preceito? O Apóstolo não diz: *a lei produz a ira; e onde não existe lei, não há transgressão*[7]. *Eu não conheci o pecado senão pela lei. Porque não teria ideia da concupiscência, se a lei não dissesse: Não cobiçarás*[8]? Segue-se daí que, uma coisa é a lei e outra coisa é a graça, pois a lei, longe de ser útil, é geralmente nociva, quando não é acompanhada da ajuda da graça.

No entanto, como é útil a lei, quando aqueles que ela fez prevaricadores, ela os força a recorrer à graça, para encontrar nela sua liberta-

[7] Romanos 4: 15.
[8] Romanos 7: 7.

ção e o meio de triunfar sobre a concupiscência má! Ela propriamente é mais um mandamento do que uma ajuda. Ela mostra a doença, mas, longe de curá-la, ela a agrava, para produzir mais pressão para o socorro ao remédio da graça. Com efeito, *a letra mata, mas o Espírito vivifica*[9]. Se a lei fosse dada para justificar, ela própria produziria a justiça. No entanto, para nos mostrar qual é a ajuda que encontramos na lei, o mesmo Apóstolo acrescenta: *a Escritura encerrou tudo sob o império do pecado, para que a promessa mediante a fé em Jesus Cristo fosse dada aos que creem*[10]. *Assim a lei se nos tornou pedagogo encarregado de levar-nos a Cristo, para sermos justificados pela fé*[11].

Que remédio mais poderoso poderia ser ofertado aos orgulhosos, do que ser encerrado sob o pecado, mais estreitamente e mais manifestamente do que os outros? Eles poderiam presumir forças de seu livre arbítrio, para chegar por eles mesmos à justiça? É preciso, pelo contrário, *que toda boca fique fechada e que o mundo inteiro seja reconhecido culpado diante de Deus. Porquanto, pela observância da lei, nenhum homem será justificado diante dele, porque a lei se limita a dar o conhecimento do pecado. Mas, agora, sem o concurso da lei, manifestou-se a justiça de Deus, atestada pela lei e pelos profetas*[12]. Como então essa justiça foi manifestada sem a lei, se ela foi atestada pela lei?

---

[9] 2 Coríntios 3: 6.
[10] Gálatas 3: 22.
[11] Gálatas 3: 24.
[12] Romanos 3: 19-21.

Ele não diz que ela foi manifestada sem a lei, mas que ela é justiça sem a lei, pois ela é unicamente a justiça de Deus, ou seja, que ela não nos vem da lei, mas de Deus. Nós a obtemos não através do medo que nos inspira o conhecimento daquele que ordena, mas pelo amor daquele que no-la deu, para que aquele que se glorifica se glorifique no Senhor[13].

Capítulo 10

Como então Pelágio encontra na lei e na doutrina a própria essência da graça que nos ajuda a operar a justiça, já que a maior ajuda que a lei pode nos dar é nos ajudar a procurar a graça? Ninguém, com efeito, pode cumprir a lei através da lei, pois a plenitude da lei é a caridade[14]. Ora, a caridade de Deus foi derramada em nossos corações, não pela lei, mas pelo Espírito Santo que nos foi dado[15]. Se então, a graça nos é demonstrada pela lei, é para que a lei seja completada pela graça. De que adianta a Pelágio usar expressões diferentes para expressar o mesmo pensamento? Ele não está querendo nos impedir de compreender que é na lei e na doutrina que ele faz consistir toda a graça, cuja ajuda ele invoca em favor da possibilidade da natureza? Eu compreendo esse medo de sua parte, pois ele condenou aqueles que sustentam que a graça e a ajuda de Deus não nos são dadas para cada uma de nossas ações e que elas consistem no livre arbítrio, na lei e na doutrina.

---

[13] 1 Coríntios 1: 31.
[14] Cf. Romanos 13: 10.
[15] Cf. Romanos 5: 5.

Agora ele acredita escapar de sua própria condenação, através de uma multidão de locuções diferentes, sob as quais ele disfarça a lei e a doutrina.

Capítulo 11

Em outra passagem, após ter por muito tempo sustentado que nós mesmos formamos nossa boa vontade, sem nenhuma ajuda de Deus, Pelágio se faz uma pergunta, com relação a uma epístola do Apóstolo. Ele diz: "Como permanecerão verdadeiras as palavras *é Deus quem, segundo o seu beneplácito, realiza em vós o querer e o executar*[16], do Apóstolo?" Ele próprio compreendeu a evidente contradição destas palavras com sua própria doutrina e, para superá-la, ele acrescenta: "Deus opera em nós querer o que é bom, querer o que é santo, quando, nos vendo dedicados à cupidez terrestre e presos às coisas presentes como vis animais, ele acende em nossos corações os desejos mais nobres e faz brilhar aos nossos olhos a grandeza da glória futura e a esperança das recompensas eternas; quando, pela revelação da sabedoria, ele ergue nossa vontade vacilante até o desejo de Deus; quando, enfim, embora você sustente o contrário, ele nos persuade para tudo o que é bom".

Não é evidente que, aos seus olhos, a graça pela qual Deus opera em nós querer o que é bom, não é outra coisa que a lei e a doutrina? Com efeito, é na lei e na doutrina das santas Escrituras que nos é pro-

[16] Filipenses 2: 13.

metida a grandeza da glória futura e recompensas. Se a sabedoria nos é revelada, também é através da doutrina, como é ela que nos persuade para tudo o que é bom. Dir-se-á que parece haver aí uma diferença entre o ensino e o conselho; ou melhor, a exortação? É possível, mas tudo isso está reunido sob a denominação geral de doutrina e, por doutrina, entendemos todo pensamento formulado pela palavra ou pela escrita.

As santas Escrituras ensinam e, ao mesmo tempo, exortam. O ser humano pode igualmente ensinar e exortar. Nós, por outro lado, queremos que Pelágio confesse a graça verdadeira, ou seja, aquela pela qual a grandeza da glória futura não apenas é prometida, mas firmemente acreditada e esperada; aquela pela qual a sabedoria é não somente revelada, mas amada; aquela pela qual tudo o que é bom nos é não apenas aconselhado, mas também persuadido.

Todos ouvem nas Escrituras o Senhor nos prometendo o reino dos céus, mas, segue-se daí que todos têm fé?[17] Aconselha-se a todos, mas todos se convencem a se voltar para Aquele que nos diz: *Vinde a mim, vós todos que estais aflitos sob o fardo, e eu vos aliviarei*[18]?

Se então, queremos saber quais são aqueles que têm a lei, quais são aqueles que se convencem a ir até Jesus Cristo, escutemos estas outras palavras: *Ninguém pode vir a mim se o Pai, que me enviou, não o*

[17] 2 Tessalonicenses 3: 2.
[18] Mateus 11: 28.

atrair[19]. Depois, falando àqueles que não acreditam, o Salvador acrescenta: *Ninguém pode vir a mim, se por meu Pai não lho for concedido*[20]. Esta é a graça que Pelágio deve confessar, se quer merecer não apenas o título, mas a qualidade de cristão.

Capítulo 12

O que eu direi da revelação da sabedoria? Podemos esperar facilmente conseguir aqui embaixo a grandeza das revelações do apóstolo São Paulo? No entanto, devemos acreditar que todas essas revelações tenham por objetivo a sabedoria. Porém, eis o que o próprio Apóstolo nos diz: *Para que a grandeza das revelações não me levasse ao orgulho, foi-me dado um espinho na carne, um anjo de Satanás para me esbofetear e me livrar do perigo da vaidade. Três vezes roguei ao Senhor que o apartasse de mim. Mas ele me disse: Basta-te minha graça, porque é na fraqueza que se revela totalmente a minha força*[21].

É certo que o Apóstolo possuía então a caridade em seu mais alto grau de perfeição e essa caridade não estava acessível para qualquer sentimento de orgulho. Que necessidade havia então de enviar-lhe o anjo de Satã para esbofetear e sufocar o orgulho que poderia provocar nele a grandeza de suas revelações? O orgulho e a arrogância não são a mesma coisa? Não foi dito que *A caridade não é orgulhosa. Não é ar-*

[19] João 6: 44.
[20] João 6: 65.
[21] 2 Coríntios 12: 7-9.

rogante[22]? Essa caridade crescia mesmo a cada dia nesse Apóstolo e, nesse progresso constante rumo à perfeição, ela não podia então dar lugar ao orgulho. Mas, o que podia se orgulhar da grandeza das revelações era seu espírito; pelo menos até o momento em que estivesse totalmente preenchido pelo sólido edifício da caridade e esse edifício ainda não estava terminado, pois ele apressaria o coroamento.

Capítulo 13

Assim, já que ele se recusava manter a luta que reprimia seu orgulho, antes que tivesse atingido o mais alto grau de perfeição na caridade, ele mereceu ouvir isso: *Basta-te minha graça, porque é na fraqueza que se revela totalmente a minha força*. Não somente na fraqueza da carne, como acredita Pelágio, mas tanto na fraqueza da carne quanto na do espírito.

Com efeito, com relação à essa soberana perfeição, seu espírito era de uma grande fraqueza e, para impedir que ele se orgulhasse, ele teve que sentir o espinho na carne, ou o anjo de Satã. Por outro lado, se compararmos esse apóstolo com tantas pessoas que não percebem as coisas que são do espírito de Deus[23], ele nos parecerá dotado de uma força prodigiosa. Se então, a força se revela na fraqueza, aquele que não confessa sua fraqueza não pode se aperfeiçoar. Ora, a graça pela qual a

[22] 1 Coríntios 13: 4.
[23] 1 Coríntios 2: 14.

força se revela na fraqueza conduz à perfeição soberana e à glorificação eterna aqueles que são predestinados e chamados segundo os decretos de Deus[24]. Com essa graça, não apenas sabemos o que temos que fazer, mas ajustamos nossas obras de acordo com nosso conhecimento; não apenas acreditamos no que devemos amar, mas amamos o que acreditamos.

Capítulo 14

Se se quiser dar a essa graça o nome de doutrina, eu concordo também, desde que se entenda com isso que é o próprio Deus que a derrama com uma suavidade inefável até nos recônditos mais profundos do coração; não somente através daqueles que plantam e irrigam exteriormente, mas diretamente e por ele mesmo, embora de uma maneira secreta e oculta[25], de tal sorte que, mostrando a verdade, ele espalha a caridade.

Com efeito, é assim que Deus ensina aqueles que são chamados segundo os decretos eternos. Ao lhes ensinar o que devem, ele lhes dá a graça de fazer o que eles sabem. Daí estas palavras do Apóstolo aos Tessalonicenses: *A respeito da caridade fraterna, não temos necessidade de vos escrever, porquanto vós mesmos aprendestes de Deus a vos*

[24] Romanos 8: 28.
[25] 1 Coríntios 3: 7.

amar uns aos outros[26]. E, para provar que foi Deus que os ensinou, ele acrescenta: *E é o que estais praticando para com todos os irmãos em toda a Macedônia*[27]. Desta forma, o sinal certeiro pelo qual se reconhece que sua doutrina vem de Deus, é colocando-a em prática através de suas obras. É o que fazem todos aqueles que são chamados pelos decretos eternos e que são chamados pelos Profetas de "os instruídos por Deus"[28].

Quanto àquele que sabe o que deve fazer e não o faz, se ele tem Deus como autor de seu conhecimento, não é segundo a graça, mas segundo a lei; não é segundo o espírito, mas segundo a letra. No entanto, muitos parecem cumprir as prescrições da lei com medo dos castigos e não por amor à justiça e é isso o que o Apóstolo chama de justiça que vem da lei; justiça ordenada e não dada. Já que ela é dada, ela não é nossa justiça, mas a justiça de Deus; ela não é de nós mesmos, mas ela nos vem de Deus. Escutemos o Apóstolo: *Não com minha justiça, que vem da lei, mas com a justiça que se obtém pela fé em Cristo, a justiça que vem de Deus pela fé*[29]. Portanto, é certo que a lei vem de Deus, mas a justiça legal não vem de Deus, mas da lei e, pelo contrário, se for a justiça que se consuma pela graça, ela só pode vir de Deus. Ela é chamada de justiça legal por que não passa do cumprimento da lei e deter-

[26] 1 Tessalonicenses 4: 9.
[27] 1 Tessalonicenses 4: 10.
[28] Cf. Isaías 54: 13 e João 6: 45.
[29] Filipenses 3: 9.

minada pelo medo do castigo. A outra se chama justiça de Deus por que é dada através da graça. Com esta última, o mandamento deixa de ser terrível e passa a ser suave e doce, segundo esta prece do Salmista: *Vós que sois bom e benfazejo, ensinai-me as vossas leis*[30]. Em outros termos: "Faça, Senhor, com que eu me submeta à lei, não servilmente e por medo do castigo, mas por amor e por uma caridade perfeitamente livre". Com efeito, aquele que obedece com prazer, obedece livremente e aquele que aprende desta maneira, cumpre perfeitamente o que a lei ensina.

Capítulo 15

Sobre esse modo de ensinar, o Salvador disse: *Todo aquele que ouviu o Pai e foi por ele instruído vem a mim*[31]. Então, daquele que não vem, não seria correto dizer que ele ouviu e aprendeu que deve ir a Jesus Cristo, pois ele não quer realizar o que lhe foi ensinado. O ensinamento que ele recebeu não é, portanto, aquele que Deus concedeu com sua graça. Com efeito, já que, de acordo com a palavra da infalível verdade, *todo aquele que ouviu vem*, se alguém não vem é por que não aprendeu. Não é evidente que, tanto naquele que vem quanto naquele que não vem, isso se deve à livre determinação de sua vontade? Basta este livre arbítrio para se opor ao apelo de Deus, mas, para responder a

[30] Salmo 118: 68.
[31] João 6: 45.

ele, somente o livre arbítrio não basta; ele deve ser ajudado e quando essa ajuda lhe é concedida, não apenas ele sabe o que deve fazer, como age conforme seu conhecimento.

Assim, quando Deus ensina, isso não acontece pela letra da lei, mas pela graça do Espírito Santo. Ele ensina de uma maneira tal que, aquele que é ensinado, não apenas vê e conhece, mas quer e deseja, age e conclui. Através desse modo de instrução realmente divino, um socorro eficaz é concedido, não apenas à possibilidade natural de querer e de agir, mas à própria vontade e à ação.

Se a graça só ajudasse nosso poder, o Senhor teria dito: "Quem quer que tenha ouvido e aprendido de meu Pai *pode* vir a mim". Mas, pelo contrário, ele diz: "Aquele que ouviu e aprendeu de meu Pai *vem* a mim".

Quanto ao próprio poder de vir, Pelágio o atribui à natureza ou também à graça, mas à graça como ele a entende, ou seja, aquela que vem em ajuda à possibilidade, enquanto que vir, longe de ser uma simples possibilidade, se torna um ato positivo, um efeito direto da vontade. Dizer que uma pessoa pode vir não quer dizer que ela venha, a menos que ela queira e aja conforme sua vontade. Ora, aquele que aprendeu do Pai, não apenas pode vir, mas ele vem; da pura possibilidade ele passa para a ação; ele cede à influência se sua vontade e realiza o efeito de sua ação.

Capítulo 16

Quanto aos exemplos citados por Pelágio, eles não têm outra consequência além de tornar mais claro aos nossos olhos, como ele prometeu, o sentido de sua doutrina. Esses exemplos nos fazem conhecê-la melhor, mas não a abraçá-la. Ele diz: "Podemos ver com nossos olhos, mas esse poder não vem de nós. Mas, quanto a ver bem ou mal, isso vem de nós". O salmista vai lhe responder com estas palavras que ele dirige a Deus: *Não permitais que meus olhos vejam a vaidade*[32]. Se pertence acima de tudo aos olhos do espírito ver bem ou mal, essa faculdade se transmite naturalmente aos olhos da carne. No entanto, não falamos aqui daqueles que têm os olhos sãos e nem daqueles que têm os olhos doentes; falamos de ver bem para socorrer a miséria e de ver mal para inflamar a concupiscência. É verdade, sem dúvida, que é com os olhos exteriores que vemos o pobre para socorrê-lo e a mulher para desejá-la; no entanto, é dos olhos interiores que procede a compaixão para ver bem e a paixão para cobiçar. Por que então Davi pediu a Deus que não permitisse que seus olhos vissem a vaidade? Por que ele pediria algo que está em nosso pleno poder e se Deus não ajuda nossa vontade?

[32] Salmo 118: 37.

Capítulo 17

"O poder que temos de falar vem de Deus; o que vem de nós é falarmos bem ou mal"[33], ele diz. Esta não é a doutrina daquele que fala bem. *Não sereis vós que falareis, mas é o Espírito de vosso Pai que falará em vós*[34]. "Entrando em generalidades, eu sustento que o poder que temos de fazer, de dizer, de pensar todo tipo de bem, nos vem daquele que no-lo deu e que lhe presta seu socorro"[35], diz Pelágio. Ele repete aqui a distinção que ele estabeleceu entre estas três coisas: a possibilidade, a vontade e a ação, de maneira a provar que Deus só vem em ajuda à possibilidade.

Para completar seu pensamento, ele acrescenta: "O que vem de nós é o agir bem, o bem falar e o bem pensar"[36]. Ele esqueceu aqui o que pensou ter que dizer mais acima para atenuar o rigor de suas expressões: "Assim, a glória do ser humano consiste de sua boa vontade e de sua boa ação"; acrescentando em seguida: "Mas essa glória é comum ao ser humano e a Deus, de quem somente ele tira a possibilidade de querer e de agir"[37]. Por que então, após ter nos enumerado esses exemplos, ele se esqueceu de terminar com esta reflexão: "Quanto ao poder que temos de fazer, de dizer e de pensar o bem, esse poder nos vem

[33] PELÁGIO. *Pro Lib. Arb*. 3.
[34] Mateus 10: 20.
[35] PELÁGIO. *Pro Lib. Arb*. 3.
[36] PELÁGIO. *Pro Lib. Arb*. 3.
[37] PELÁGIO. *Pro Lib. Arb*. 3.

somente de Deus, que vem em sua ajuda através de sua graça. Mas, se agimos bem, se falamos ou pensamos bem, é a nós e a Deus que devemos a glória"? Ele guardou sobre este ponto o mais profundo silêncio e, se não me engano, eu percebi claramente as consequências que ele tinha que temer.

Capítulo 18

Enfim, ao tentar nos mostrar por que é a nós que devemos a glória de nossas boas ações, ele diz: "É por que podemos transformar tudo em mal"[38]. Se ele tivesse dito que essa glória é comum a Deus e a nós, ele não teria que temer ouvir esta resposta: "Se, por que nos deu a possibilidade, Deus compartilha conosco a glória do que fazemos, do que dizemos, do que pensamos de bom; quando nós fazemos, quando nós dizemos, quando nós pensamos o mal, a responsabilidade não é comum a nós e a Deus, que nos deu a possibilidade de fazer o mal e o bem?" Por consequência __ Deus me livre de dizer isso __ se ele compartilha conosco a glória de nossas boas ações, ele deve compartilhar igualmente conosco a culpabilidade de nossas más ações. Com efeito, essa possibilidade que nos foi dada nos torna tanto capazes de fazer o bem quanto de fazer o mal.

[38] PELÁGIO. *Pro Lib. Arb*. 3.

Capítulo 19

Falando dessa possibilidade, em seu primeiro livro sobre o livre arbítrio, Pelágio diz o seguinte: “Deus colocou em nós a possibilidade do bem e do mal. Essa possibilidade, se posso dizer assim, é como um tipo de raiz frutífera e fecunda, que produz e gera os resultados mais diversos, segundo a vontade humana. E, de acordo com o livre arbítrio daquele que a cultiva, ela pode tanto brilhar com a explosão das flores das virtudes, quanto se cobrir vergonhosamente com os espinhos dos vícios”.

Não pesando as consequências de suas palavras, Pelágio, contrariamente à verdade evangélica e à doutrina apostólica, dá ao bem e ao mal uma só e mesma raiz. O Senhor não diz que a árvore boa pode gerar maus frutos e nem que a árvore má pode gerar bons frutos[39]. Por outro lado, ao dizer que *a raiz de todos os males é o amor ao dinheiro*[40], o apóstolo São Paulo nos informa que a raiz de todos os bens é a caridade. Essas duas árvores, a boa e a má, não são duas pessoas, uma boa e outra má? Ora, o que é uma boa pessoa, se não é uma pessoa de boa vontade, ou seja, uma árvore com uma boa raiz? E uma má pessoa, o que é? Não é uma pessoa com uma vontade má, ou seja, uma árvore com uma má raiz? Ora, os frutos dessas raízes e dessas árvores é aquilo

[39] Mateus 9: 18.
[40] 1 Timóteo 6: 10.

que nós fazemos, é o que dizemos, é o que pensamos. Os bons frutos são produzidos pela boa vontade e os maus pela má vontade.

Capítulo 20

O ser humano torna a árvore boa quando ele recebe a graça de Deus. Sendo mau, ele não pode tornar a si mesmo bom; isso só pode ser feito por Aquele e Naquele que é sempre bom. E se ele precisa da ajuda da graça, não é somente para se tornar uma boa árvore, mas também para gerar bons frutos, pois, sem essa ajuda, ele não pode fazer nada de bom. Com efeito, o próprio Deus coopera para a formação do fruto nas boas árvores, seja por que exteriormente ele planta e irriga através de seus ministros, seja sobretudo por que é somente ele que propicia interiormente o crescimento[41]. Quanto à árvore má, é o ser humano que a faz assim, quando ele faz a ele mesmo mau, quando ele se separa do bem imutável. Não é essa separação que produz a vontade má? No entanto, essa queda não produz outra natureza má; ela vicia uma natureza que era boa. Cure o vício e todo o mal desaparecerá, pois o vício se introduziu na natureza, mas o vício mesmo não constituiu uma natureza particular.

[41] Cf. 1 Coríntios 3: 7.

Capítulo 21

Assim então, seja o que for que diga Pelágio, essa possibilidade não constitui uma única e mesma raiz comum ao bem e ao mal. Uma coisa, sem dúvida, é a caridade (raiz do bem) e outra coisa é a cupidez (raiz de todos os males); há entre elas toda a distância que separa a virtude do vício. Mas, essas duas raízes, por sua vez, repousam sobre uma raiz que lhes é comum: a possibilidade. Com efeito, não apenas o ser humano pode ter a caridade, que fará dele uma árvore boa, como pode também ter a cupidez, que fará dele uma árvore má. Quanto à cupidez, que é um vício, ela tem como autor o próprio ser humano ou o sedutor do ser humano; mas ela não tem como autor Aquele que criou o ser humano, pois essa cupidez não é outra coisa além da *concupiscência da carne, a concupiscência dos olhos e a soberba da vida*, que *não procede do Pai, mas do mundo*[42]. Ora, quem não sabe que na linguagem das Escrituras, o mundo geralmente é tomado por aqueles que nele habitam?

Capítulo 22

Quanto à caridade, que é uma virtude, as Escrituras proclamam em alto e bom som que ela não provém de nós, mas de Deus. *A caridade vem de Deus e todo o que ama é nascido de Deus e conhece a Deus.*

[42] 1 João 2: 16.

Aquele que não ama não conhece a Deus, porque Deus é caridade[43]. Essa caridade nos faz compreender melhor estas outras palavras: *Todo o que é nascido de Deus não peca*[44]. A razão é que essa caridade, segundo a qual se é nascido de Deus, não age com má intenção e não pensa o mal[45]. Quando o ser humano peca, não é de acordo com a caridade que ele o faz, mas de acordo com a cupidez, por causa da qual ele não é nascido de Deus.

Não temos razão de dizer que essas duas diferentes raízes são ramificações da possibilidade, que lhes serve de tronco comum? Escutemos agora as Escrituras. "A caridade vem de Deus", ela nos diz. Ou, melhor ainda, "Deus é caridade". E o apóstolo São João proclama: *Veja que caridade o Pai nos deu, para que sejamos chamados filhos de Deus!*[46]. Diante das palavras *Deus é caridade*, como se pode dizer que a única coisa que recebemos de Deus é a possibilidade, enquanto que temos por nós mesmos a boa vontade e a boa ação? A boa vontade então é diferente da caridade? E as santas Escrituras não nos proclamam em todas as suas páginas que essa caridade nos vem de Deus e que ela nos foi dada pelo Pai para que nos tornássemos seus filhos?

---

[43] 1 João 4: 7 e 8. *Caritas ex Deo est. Et omnis qui diligit, ex Deo natus est, et cognoscit Deum. Qui non diligit, non novit Deum : quoniam Deus caritas est.*
[44] 1 João 3: 9.
[45] Cf. 1 Coríntios 13: 4 e 5.
[46] 1 João 3: 1. *Videte qualem caritatem dedit nobis Pater, ut filii Dei nominemur et simus.*

Capítulo 23

Mas, talvez a graça nos seja dada em virtude de nossos méritos precedentes. Pelo menos esta foi a doutrina que ele defendeu em um livro que escreveu para uma virgem consagrada e a defendeu novamente em uma carta dirigida à Roma[47]. Citando primeiramente a passagem de São Tiago *Sede submissos a Deus. Resisti ao demônio, e ele fugirá para longe de vós*[48], Pelágio acrescenta: "O Apóstolo nos mostra como devemos resistir ao demônio se somos submissos a Deus e se, fazendo sua vontade, queremos merecer a graça divina. Dessa maneira, ajudados pelo socorro do Espírito Santo, resistiremos mais facilmente ao espírito mau"[49]. Com isso, julgamos a veracidade com a qual, no tribunal eclesiástico da Palestina, ele condenou aqueles que sustentam que a graça de Deus nos é conferida segundo nossos méritos! Podemos duvidar que esta seja sua convicção e o fundamento de sua doutrina? E, neste caso, sua profissão de fé diante dos quatorze bispos foi algo diferente de uma despudorada mentira? Ele já havia escrito o livro no qual ensina formalmente que a graça nos é concedida segundo nossos méritos; doutrina que ele também reprovou no sínodo oriental? Então, ele deveria confessar que antes ele partilhava desse erro, mas que, agora, ele o condenava e sua conversão faria explodir os laços de nossa alegria. Mas,

[47] Cf. PELÁGIO. *Ep. ad Innocentium*.
[48] Tiago 4: 7.
[49] PELÁGIO. *Ep. ad Demetr*. 25.

quando lhe disseram que esse erro era uma das acusações levantadas contra ele, ele respondeu: “Aqueles que afirmam que essa doutrina é ensinada por Celéstio devem provar sua acusação. Quanto a mim, eu jamais aderi a ela e amaldiçoo aqueles que a professam”. Como ele pode dizer que jamais aderiu a essa doutrina, se o livro que eu mencionei já estava escrito antes do sínodo? Ou então, como ele ousou amaldiçoar aqueles que a professam e depois compor o livro?

Capítulo 24

Talvez ele vá responder que esta frase pronunciada por ele: “Fazendo a vontade de Deus merecemos a graça divina”, visava unicamente afirmar que, após já ter recebido a graça de fazer a vontade de Deus, os fiéis e os bons cristãos recebem também uma graça suplementar que lhes dá a força para resistir energicamente ao tentador. Mas, se ele acredita poder nos dar esta resposta, eu lhe apresentaria estas outras palavras saídas igualmente de seus lábios: “Aquele que corre para o Senhor e deseja se colocar sob sua direção, ou seja, submeter sua vontade à vontade de Deus e se apega constantemente a Deus, se torna, segundo o Apóstolo, um só espírito com ele[50] e este resultado só é conseguido através da eficácia de seu livre arbítrio”[51]. Veja que poder ele atribui ao livre arbítrio! Sem que precisemos de nenhuma ajuda de Deus, ele sus-

[50] Cf. 1 Coríntios 6: 17.
[51] PELÁGIO. *Pro Lib. Arb.* 1.

tenta que podemos aderir a Deus somente pela eficácia de nosso livre arbítrio. E, quando somos unidos assim a ele, sem nenhuma ajuda de sua parte, merecemos sua graça, por que estamos unidos a ele.

Ele continua: "Aquele que faz um bom uso de seu livre arbítrio, se abandona inteiramente a Deus e mortifica totalmente sua vontade, de maneira a poder dizer como o Apóstolo: *Eu vivo, mas já não sou eu; é Cristo que vive em mim*[52]. Ele coloca seu coração nas mãos de Deus, dando-lhe o direito de incliná-lo para qualquer lado que ele queira"[53]. Seguramente precisamos de uma poderosa ajuda da graça divina para que concedamos a Deus um pleno poder para inclinar nosso coração à sua vontade.

Mas, onde a loucura de Pelágio aparece é quando ele sustenta que merecemos essa poderosa ajuda quando nós mesmos, com as próprias forças de nosso livre arbítrio, corremos para Deus, desejamos ser dirigidos por ele, submetemos plenamente nossa vontade à sua vontade, aderimos a ele constantemente e nos tornamos um só espírito com ele. Segundo Pelágio, conseguimos estes preciosos resultados somente com a eficácia de nosso livre arbítrio e é através destes méritos precedentes que obtemos de Deus a graça dele inclinar nossos corações para onde ele quiser.

---

[52] Gálatas 2: 20.
[53] PELÁGIO. *Pro Lib. Arb.* 1. Aludindo a Provérbios 21: 1.

Como ela pode ser uma graça, se ela não é dada gratuitamente? Como ela pode ser uma graça, se ela não passa de uma dívida legitimamente paga? Como podem ser verdadeiras então estas palavras do Apóstolo: *Isto não provém de vossos méritos, mas é puro dom de Deus. Não provém das obras, para que ninguém se glorie*[54]? E, em outro lugar: *E se é pela graça, já não o é pelas obras; de outra maneira, a graça cessaria de ser graça*[55]. Como, eu pergunto, estas afirmações podem ser verdadeiras, se podemos por nós mesmos realizar obras que nos dão um direito verdadeiro à graça, que deixa então de ser gratuita, para não passar de uma dívida legitimamente adquirida? Então, para conseguir a ajuda de Deus, nós corremos para Deus sem nenhuma ajuda de sua parte e, para obter a graça que nos une a Deus, nos uniremos a ele sem nenhuma ajuda de sua parte? Que vantagem então a graça conferiria ao ser humano, se ele já pode, sem a graça, se tornar um só espírito com Deus, somente com o poder de seu livre arbítrio?

Capítulo 25

Eu gostaria que ele dissesse se aquele rei assírio, cuja santa mulher Ester execrava o leito, quando *se encontrava assentado em seu trono, revestido de todos os ornamentos de sua majestade, coberto de ouro e de pedrarias e seu aspecto era imponente*. E *levantou a cabeça*

[54] Efésios 2: 8 e 9.
[55] Romanos 11: 6.

radiante de esplendor e dirigiu seu olhar cheio de cólera, a rainha, mudando de cor, desfaleceu e se deixou cair sobre os ombros da criada que a acompanhava. Deus mudou, então, em doçura a cólera do rei. Todo perturbado, levantou-se precipitadamente de seu trono e a tomou nos braços até que ela voltou a si, procurando acalmar seu temor com doces palavras[56]; eu gostaria, repito, que ele nos dissesse se esse rei já tinha corrido para o Senhor; se ele já tinha pedido para ser dirigido por ele; se ele já tinha submetido sua vontade à vontade divina; se, unindo-se indissoluvelmente com ele, ele já havia se tornado um só espírito com ele e tudo isso só com o poder de seu livre arbítrio; se ele já estava inteiramente abandonado nas mãos de Deus; se ele já havia mortificado sua vontade e colocado seu coração nas mãos de Deus.

Sem me iludir, eu creio que seria muito insensato aquele que supusesse tudo isso naquele rei e, no entanto, Deus o converteu e transformou sua indignação em uma doçura cheia de benevolência. Ora, para mudar a indignação em uma doçura cheia de benevolência, não é preciso um poder muito maior do que para inclinar de um lado para o outro um coração que não tem nenhuma preferência marcante? Que nossos adversários leiam então e compreendam. Que eles abram os olhos e confessem que não é pela lei e nem pela doutrina que ressoam externamente, mas é por um poder interior e oculto, admirável e inefável, que

[56] Ester 15: 9-11.

Deus produz nos corações humanos, não apenas as revelações verdadeiras, mas também a vontade e o desejo pelo bem.

Capítulo 26

Que Pelágio deixe então de se enganar e de enganar os outros através de discussões contra a graça de Deus. Devemos pregar a absoluta necessidade da graça de Deus, não somente por causa da possibilidade da boa vontade e da ação, mas também por causa da própria vontade e da ação, para torná-las boas. Ele associa a possibilidade à vontade e à ação, no entanto, ele está totalmente errado quando conclui que o próprio Deus compartilha a responsabilidade por nossos pecados, ao mesmo tempo em que compartilha a glória de nossas boas obras, em consequência dessa própria possibilidade. É, portanto, descaracterizar o socorro da graça divina, lhe dar como objeto único a possibilidade natural.

Que Pelágio não diga mais: "Na medida em que podemos fazer, dizer e pensar todo tipo de bem, a glória recai inteiramente Naquele que nos deu esse poder e que o ajuda com sua graça. Mas, na medida em que fazemos, falamos ou pensamos o bem, a nós mesmos recai toda a glória, por que isso está em nosso próprio poder"[57]. Que ele pare, repito, com esse discurso, pois Deus não se contenta em nos dar o poder e de vir ajudá-lo, mas é também o querer e o agir que ele opera em nós[58].

[57] PELÁGIO. *Pro Lib. Arb*. 3.
[58] Filipenses 2: 13.

Não no sentido em que nós não temos nem a vontade e nem a ação, mas no sentido em que não queremos e não fazemos nada de bom sem a ajuda de sua graça.

Como dizer que "o poder de fazer o bem nos vem de Deus, mas a boa ação que fazemos nos pertence inteiramente", quando ouvimos o Apóstolo nos assegurar que ele pede a Deus por aqueles aos quais escreve, para que eles não cometam o mal e façam o bem? O Apóstolo não diz "Pedimos que vocês possam não fazer nenhum mal", mas que "não façam o mal". Ele também não diz "que vocês possam fazer o bem", mas "para que vocês façam o bem"[59]. Está escrito: *Todos os que são conduzidos pelo Espírito de Deus são filhos de Deus*[60]. Portanto, se eles fazem o bem é por que são conduzidos por Aquele que é o bem.

"Na medida em que podemos falar bem", diz Pelágio, "esse dom vem de Deus, mas, na medida em que falamos bem, isso vem de nós". Como ele pode afirmar isso, se o próprio Senhor nos diz: *Não sereis vós que falareis, mas é o Espírito de vosso Pai que falará em vós*[61]. Ele não diz: "Não é a vocês que foi dado o poder de falar bem", mas, "Não serão vocês que falarão". Ele também não diz: "É o Espírito de vosso Pai que vos dará o poder de falar bem", mas "é o Espírito do Pai que falará em vocês".

---

[59] 2 Coríntios 13: 7.
[60] Romanos 8: 14.
[61] Mateus 10: 20.

Não se trata então de uma ajuda à possibilidade, mas de uma cooperação efetiva em nós. Como pode esse defensor orgulhoso do livre arbítrio dizer que "Na medida em que podemos pensar o bem, esse poder nos vem de Deus, mas, na medida em que pensamos o bem, essa operação pertence a nós mesmos"? A esta orgulhosa pretensão, eis o que responde o humilde pregador da graça: *Não que sejamos capazes por nós mesmos de ter algum pensamento, como de nós mesmos. Nossa capacidade vem de Deus*[62]. Ele não fala do poder de pensar, mas do próprio pensamento.

Capítulo 27

É preciso então que Pelágio confesse francamente que as noções que damos sobre a graça estão claramente formuladas nos divinos oráculos. Assim, longe de aparentar uma falsa vergonha para esconder seus antigos erros, que ele os revele, com todos os traços de uma dor saudável e, com isso, a santa Igreja sairá da perturbação causada por sua cega obstinação e saudará com toda alegria o retorno do culpado à verdade católica. Que ele distinga, como deve ser distinguido, o conhecimento e a dileção, pois *a ciência incha, a caridade constrói*[63]. Mas, a ciência não incha quando a caridade constrói. E, como a ciência e a caridade são ambas dons de Deus, embora em graus diferentes, que ele evite e-

[62] 2 Coríntios 3: 5.
[63] 1 Coríntios 8: 1.

xaltar tanto nossa justiça, em detrimento do louvor ao nosso justificador, fazendo assim intervir o socorro divino nos dons de menor importância, enquanto que o exclui naquele que é muito mais importante, para reportá-lo exclusivamente ao livre arbítrio humano.

Por outro lado, se convém que a caridade só nos seja dada pela graça de Deus, que ele jogue para longe o simples pensamento de acreditar que essa graça nos foi outorgada com vistas aos nossos méritos precedentes. Que méritos então podemos adquirir, quando não amamos Deus? Antes de receber a dileção que nos permite amar, necessariamente nós já seríamos amados. É isto o que nos atesta claramente o apóstolo São João, quando diz que *Nisto consiste o amor: não em termos nós amado a Deus, mas em ter-nos ele amado*[64] e que *Amamos, porque Deus nos amou primeiro*[65]. Esta doutrina é tão sublime quanto verdadeira. Com efeito, que meios teríamos para amar, se esse meio não nos for dado por Aquele que primeiro nos amou? E se não amamos, que bem podemos fazer? Ou, como não fazer o bem, se amamos?

Sem dúvida que pode acontecer desse mandamento ser algumas vezes observado somente pelo impulso do medo e não do amor. No entanto, onde não há amor, não apenas nenhuma ação é considerada boa, como nem mesmo pode ser chamada assim, pois tudo o que não é

[64] 1 João 4: 10.
[65] 1 João 4: 19.

feito de acordo com a fé é pecado[66], já que a fé opera através da caridade[67]. Essa graça divina, pela qual *o amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado*[68], deve então ser confessada em voz alta como sendo de uma necessidade tal que, sem ela, nenhum bem é possível; pelo menos no que diz respeito à verdadeira piedade e à verdadeira justiça. Também não é o caso de dizer, como Pelágio, "que a graça nos é concedida para nos tornar mais fácil o cumprimento do preceito divino"[69]. Esse homem nos mostrou suficientemente que, em sua convicção, todo preceito divino pode ser realizado sem a graça, embora com a graça esse cumprimento se torne mais fácil.

Capítulo 28

Seu pensamento se revela inteiramente nesse livro dedicado a uma virgem consagrada e que já mencionamos. Ali lemos palavras como estas: "Para que mereçamos a graça divina e, com a ajuda do Espírito Santo, resistamos mais facilmente ao espírito mau". Por que esta expressão "mais facilmente"? O sentido já não estaria completo, se ele se limitasse a dizer "Para que, com a ajuda do Espírito Santo, nós resistamos ao espírito mau"? Como então não ver todo o alcance desse acréscimo? É que ele quer nos dar uma ideia muito grandiosa das forças da

[66] Romanos 14: 23. *Omne autem, quod non est ex fide, peccatum est.*
[67] Gálatas 5: 6.
[68] Romanos 5: 5.
[69] Cf. PELÁGIO. *Pro Lib. Arb.* 1.

natureza e exaltar tanto essas forças que fiquemos totalmente convencidos de que, mesmo sem a ajuda do Espírito Santo, nós podemos realmente, embora com menos facilidade, resistir ao espírito mau.

Capítulo 29

Lemos igualmente no primeiro livro sobre o livre arbítrio: “Dotando com o livre arbítrio a natureza humana em geral, o Criador colocou em nossas mãos um poder tão grande quanto inabalável para não pecar. E eis que, colocando nas alturas seus benefícios, a cada dia também ele nos fortifica com seu socorro”. Que necessidade temos então desse socorro, se nosso livre arbítrio é tão poderoso e tão forte para nos impedir de pecar? O que ele quer nos fazer entender é que, com a ajuda da graça, evitamos mais facilmente o pecado, embora possamos evitá-lo sem a graça, mas com menos facilidade.

Capítulo 30

Em outra passagem do mesmo livro Pelágio diz o seguinte: “O que os seres humanos são obrigados a fazer através de seu livre arbítrio, se torna mais facilmente possível com a ajuda da graça”. Destaquemos as palavras “mais facilmente” e obteremos um sentido verdadeiro e completo, que é: “O que os seres humanos são obrigados a fazer através de seu livre arbítrio é tornado possível pela graça de Deus”. Ao acrescentar “mais facilmente”, indica-se, de uma maneira suficientemente

clara para ser compreendida, que uma boa obra pode ser realizada sem a graça de Deus. Ora, isto é um erro formalmente condenado por estas palavras: *Sem mim nada podeis fazer*[70].

Capítulo 31

Que Pelágio se apresse então a corrigir sua doutrina, pois, se em matérias tão profundas, ele pôde errar simplesmente por causa da fraqueza humana, seu erro logo teve como cúmplice uma teimosia diabólica ou um ódio imperioso, que o levou a negar sua própria doutrina ou a defendê-la temerariamente, embora ele possa e deva reconhecer a falsidade dela, sob os raios poderosos da luz verdadeira.

Com efeito, examinando tudo o que Pelágio e Celéstio escreveram sobre a graça, que nos justifica derramando em nossos corações a caridade de Deus, através do Espírito Santo que nos é dado, eu jamais encontrei uma só proposição que desse a essa graça uma noção verdadeira. Jamais vi uma formulação que provasse que eles conhecem o que são os filhos da promessa mencionados pelo Apóstolo, que diz: *Não são os filhos da carne que são filhos de Deus, mas os filhos da promessa é que serão considerados como descendentes*[71]. Pois, o que Deus promete, nós não realizamos com nosso livre arbítrio ou com a natureza; é o próprio Deus que realiza em nós através de sua graça.

---

[70] João 15: 5.
[71] Romanos 9: 8.

Capítulo 32

Quanto a Celéstio, manterei em um profundo silêncio os livros ou os libelos que ele invocou nos julgamentos eclesiásticos. Por fim, eu lhes enviei estas obras junto com outras cartas que me pareceram lhes comunicar. Ao lê-las com atenção, vocês poderão entender que, fora do livre arbítrio natural, da lei e da doutrina, ele não admite nenhuma graça de Deus sobre a qual possamos nos apoiar para evitar o mal ou para fazer o bem[72]. Se então, ele ainda acredita na necessidade da prece, é unicamente como meio para o ser humano mostrar o que deseja e o que ama.

Deixo então Celéstio para me ocupar exclusivamente com Pelágio, bem como com as cartas e o libelo que bem recentemente ainda enviou a Roma, para o Papa Inocêncio, de bem aventurada memória e cuja morte ele ignorava. Nessas cartas ele disse o seguinte: "Há alguns pontos em que pessoas tentam manchar minha reputação. Primeiro me acusam de negar a necessidade do batismo para as crianças e de lhes prometer o reino dos céus sem a necessidade da redenção de Jesus Cristo. Acusam-me também de sustentar que o ser humano pode evitar o pecado sem nenhuma ajuda de Deus, sem nenhuma ajuda da graça e apoiando-se unicamente em seu livre arbítrio"[73]. Quanto ao batismo das crianças, embora ele admita que se pode administrá-lo, ele formula so-

[72] Cf. 1 Pedro 3: 11.
[73] Cf. PELÁGIO. *Ep. Ad Innocentium*.

bre este ponto as doutrinas as mais contrárias à fé cristã e católica. Mas, eu não tenho que me ocupar aqui desta matéria importante e eu concentro todos os meus esforços sobre a questão da graça. Vejamos então como ele responde à acusação. Eu ignoro suas longas recriminações contra seus inimigos e abordo imediatamente as passagens onde ele trata da matéria que nos ocupa.

Capítulo 33

Ele diz: "Esta carta deverá me justificar plenamente aos olhos de vossa santidade, pois eu sustento pura e simplesmente que, para pecar ou não pecar, somos dotados da integridade de nosso livre arbítrio, que é sempre ajudado pelo socorro divino em todas as boas obras"[74]. Ora, as luzes que Deus deu a vocês lhes bastam para mostrar-lhes que palavras como estas não podem resolver a questão. Com efeito, pedimos que ele nos diga com qual socorro nosso livre arbítrio é ajudado, pois tememos que, como é seu hábito, ele o faça consistir unicamente da fé e da doutrina. Perguntem-lhe o porquê da palavra "sempre" e ele poderá lhes responder que é por que está dito: *Feliz aquele que se compraz no serviço do Senhor e medita sua lei dia e noite*[75].

Falando em seguida da condição do ser humano e, acidentalmente, da possibilidade natural que ele possui para pecar ou não pecar, ele

[74] Idem, ibidem.
[75] Salmo 1: 2.

acrescenta: “Dizemos que esse poder do livre arbítrio é comum a todos; aos cristãos, aos judeus e aos gentios. Naturalmente todos possuem igualmente o livre arbítrio, mas é somente para os cristãos que esse livre arbítrio é ajudado pela graça”. Também aqui perguntamos que graça é essa? E ele também pode nos responder: é a lei e a doutrina cristã.

Capítulo 34

De resto, seja o que for que ele pense da graça, ele afirma sem hesitar que ela é dada aos cristãos segundo seus méritos e, no entanto, como eu já mencionei acima[76], para obter sua muito célebre justificação no concílio da Palestina, ele condenou formalmente todos aqueles que proclamam essa doutrina.

Falando daqueles que não são cristãos, eis o que ele diz: “A condição do bem que há neles é desnuda e indefesa. Quanto àqueles que pertencem a Jesus Cristo, o bem que eles possuem por sua própria condição é ajudado pelo socorro de Jesus Cristo”. Ainda aqui nada nos mostra de que natureza é esse socorro. Mas, retornando àqueles que não são cristãos, Pelágio acrescenta: “Eles merecem ser julgados e condenados, por que, dotados como são do livre arbítrio, através do qual eles podem chegar à fé e merecer a graça de Deus, eles fazem um mau uso da liberdade que lhes foi concedida. Pelo contrário, deve-se recompen-

[76] Cap. 23.

sar aqueles que, fazendo um bom uso de seu livre arbítrio, merecem a graça de Deus e observam seus mandamentos”[77].

A conclusão evidente a tirar destas palavras é que a graça nos é conferida segundo nossos méritos, qualquer que seja afinal essa graça, cuja natureza ele evita com todo cuidado nos dizer. Ao dizer, daqueles que fazem um bom uso de seu livre arbítrio, que eles devem ser recompensados e que merecem a graça de Deus, ele indica claramente que essa graça lhes é devida a título de justiça. A que se devem então estas palavras do Apóstolo: todos *são justificados gratuitamente por sua graça*[78]? E estas outras: *Porque é gratuitamente que fostes salvos mediante a fé. Isto não provém de vossos méritos, mas é puro dom de Deus*[79]. Para que não atribuamos essa justificação às nossas obras, São Paulo diz claramente que é *mediante a fé* que somos justificados. E esta fé eles atribuirão a eles mesmos, sem a graça de Deus? Não, diz o Apóstolo, pois ela não vem de nós, ela é um dom de Deus.

Podemos então merecer o que é o princípio necessário de todos os nossos méritos, ou seja, a fé? Diremos que essa fé não nos foi dada? Mas então, ao que se atribuem estas palavras: *De acordo com o grau de fé que Deus lhes distribuiu*[80]. Diremos então que ela nos é conferida de acordo com nossos méritos precedentes? Então não é um dom que nos é

[77] PELÁGIO. *Ep. Ad Innocentium*.
[78] Romanos 3: 24.
[79] Efésios 2: 8.
[80] Romanos 12: 3.

concedido e eu não vejo o que podem significar estas palavras: *Porque a vós vos é dado não somente crer em Cristo, mas ainda por ele sofrer*[81]. O Apóstolo atesta que um duplo dom nos é feito: o de acreditar em Jesus Cristo e o de sofrer por Jesus Cristo. Quanto aos nossos adversários, a fé lhes parece tanto uma consequência do livre arbítrio, que ela deixa de ser um dom gratuito, para ser apenas uma dívida propriamente dita. Portanto, ela não é mais uma graça, já que o caráter essencial de toda graça é ser gratuita.

Capítulo 35

Mas eis que Pelágio pede ao leitor que passe de suas cartas para o livro de sua profissão de fé. Ele falou a vocês desse livro onde ele trata de vários pontos sobre os quais não foi interrogado. Vejamos então o que ele diz sobre as questões que nos ocupam. Partindo do dogma da Trindade, ele chegou até à ressurreição da carne, sem que ninguém o obrigasse a isso e terminou assim sua longa discussão: "Acreditamos em um só batismo, cuja fórmula sacramental deve ser para as crianças o que ela é para os adultos"[82]. Foi isto o que ele disse a vocês? Mas, o que nos importa que a fórmula seja para as crianças o que ela é para os adultos? Não são as palavras, mas é a própria que nos interessa. Ele foi mais longe em uma resposta oral que ele deu a vocês e que me comunicaram

[81] Filipenses 1: 29.
[82] PELÁGIO. *Libellus Fidei* 7.

nestes termos: “As crianças recebem o batismo para a remissão dos pecados”. Não se trata aqui somente das palavras remissão dos pecados, pois ele confessa que é para essa própria remissão que as crianças são batizadas. No entanto, se perguntarem a ele de qual pecado elas são redimidas, ele afirmará que elas não têm nenhum.

Capítulo 36

Se o próprio Celéstio não nos tivesse informado, ninguém certamente teria duvidado que essa confissão tão clara em aparência, escondia uma contradição. No libelo que ele invocou em Roma no processo eclesiástico, ele confessou que “as crianças são batizadas para a remissão dos pecados” e, no entanto, ele negou que “essas crianças fossem culpadas de qualquer pecado original”[83].

Mas, deixemos de lado o batismo das crianças e vejamos o que pensa Pelágio do socorro da graça, mesmo nessa profissão de fé que ele enviou a Roma. “Professamos a crença no livre arbítrio, mas dizemos ao mesmo tempo que sempre precisamos do socorro de Deus”[84]. Aqui, mais uma vez, perguntamos qual é o socorro cuja necessidade contínua ele reconhece em nós e sua resposta é para nós muito ambígua, por que ele pode responder que fala da lei ou da doutrina cristã, cujo socorro é necessário à essa possibilidade natural.

---

[83] CELÉSTIO. *Libellus Fidei*.
[84] PELÁGIO. *Libellus Fidei* 13.

Para nós, a graça que procuramos confessar é aquela mencionada pelo Apóstolo: *Deus não nos deu um espírito de timidez, mas de fortaleza, de amor e de sabedoria*[85]. Ora, se uma pessoa possua o dom da ciência que lhe ensina o que deve fazer, não se segue necessariamente que ela possua o dom da caridade para realizá-lo.

Capítulo 37

Com exceção de uma carta de pouca extensão que Pelágio diz ter enviado ao santo bispo Constâncio, eu li todos os livros ou escritos que ele enumera em sua carta enviada ao Papa Inocêncio, de santa memória. Ora, em nenhuma parte eu encontrei o que quer que seja que pudesse me provar que ele vê na graça algo que não seja apenas um socorro à possibilidade natural da vontade e da ação que ele nos atribui, mesmo quando nós não queremos e não façamos o bem, mas um socorro real à vontade e à ação propriamente, conferida pelo Espírito Santo derramado em nós.

Capítulo 38

Ele diz: "Que leiam a carta que eu escrevi há doze anos ao santo bispo Paulino. As trezentas linhas que ela possui são apenas um grito pelo qual eu proclamo que não podemos fazer nenhum bem sem

[85] 2 Timóteo 1: 7. *Non enim dedit nobis Deus spiritum timoris : sed virtutis, et dilectionis, et sobrietatis.*

Deus”[86]. Eu li esta carta e ali vi que ele quase que só fala da possibilidade da natureza e que é isto que constitui para ele a graça de Deus. Quanto à graça cristã, ele só pronuncia a palavra e com uma rapidez tal que é fácil ver que ele só temia uma coisa, que era não dizer uma só palavra. De resto, ele a faz consistir na remissão dos pecados ou na doutrina de Jesus Cristo, aí incluídos os exemplos de sua vida divina, como ele já havia feito em outros opúsculos? Ou ele vê na graça um socorro para realizar o bem, acrescentado à natureza e à doutrina, pela inspiração de uma caridade bem ardente e bem luminosa? Estes são pontos sobre os quais não se pode, de forma alguma, comentar.

Capítulo 39

Ele continua: “Que eles leiam também minha carta ao santo bispo Constâncio, onde, embora com poucas palavras, estabeleci claramente a união da graça e do socorro de Deus com o livre arbítrio humano”[87]. Eu já mencionei acima que não li esta carta, mas, se ela se parece com as outras, se nela ele só formula ideias que nós já conhecemos, não há motivo para nós a procurarmos com tanto empenho.

[86] PELÁGIO., *Ep. ad Innocentium*.
[87] Ibidem.

Capítulo 40

"Que eles leiam também a carta que escrevemos no Oriente à Demetríade, virgem consagrada a Jesus Cristo. Ali eles poderão se convencer que, se louvamos a natureza humana, nós lhe acrescentamos sempre o socorro da graça". Eu li esta carta e me pareceu que realmente ele confessava essa graça descrita, apesar de numerosas contradições que observei ali.

Mas, quando eu tive em mãos as outras obras que ele compôs em seguida, eu compreendi o sentido que ele dava a esta palavra __ graça __ e o erro que ele encobria habilmente sob este termo geral, evitando com todo cuidado o que pudesse chocar os espíritos e ferir as consciências. Logo no início lemos: "Persigamos nossos objetivos ao preço de nossos suores e sem nenhuma desconfiança da mediocridade de nosso espírito, pois seremos infalivelmente ajudados pela fé de uma mãe e pelo mérito de uma virgem"[88]. Com estas palavras eu me vi no direito de concluir que ele confessava a necessidade da graça para cada uma de nossas ações e não observei que ele podia fazer consistir essa graça somente na revelação da doutrina.

[88] PELÁGIO. *Ep. ad Demetr.* 1.

Capítulo 41

Em outra passagem deste mesmo livro, eis o que ele diz: "Se os seres humanos não precisam da ajuda de Deus para se mostrarem tal como Deus os fez, compreenda o que os cristãos podem fazer, pois Jesus Cristo renovou sua natureza e eles são ajudados pelo socorro da graça divina"[89]. Por essa natureza renovada ele entende unicamente a remissão dos pecados. Isto é o que sobressai claramente destas outras palavras do mesmo livro: "Até mesmo aqueles que estão, de alguma forma, endurecidos pelo hábito de pecar, podem se renovar através da penitência"[90]. Quanto ao socorro da graça divina, ele pode ver aí somente a revelação da doutrina.

Capítulo 42

Em outra passagem da mesma carta ele diz também: "Se antes da lei e muito tempo antes da vinda de Nosso Senhor e Salvador, pessoas viveram, como já dissemos, na inocência e na santidade, com muito mais razão ainda, nós que gozamos da luz de sua vinda, que somos renovados pela graça de Jesus Cristo e transformados em pessoas melhores, que fomos purificados em seu sangue e levados à perfeição da justiça pelos seus exemplos, não devemos nos elevar até um grau mais alto

[89] PELÁGIO. *Ep. ad Demetr.* 3.
[90] PELÁGIO. *Ep. ad Demetr*. 17.

de santidade do que essas pessoas que viveram antes da lei?”[91]. Observe que, com termos diferentes, nesta passagem, como nas outras, Pelágio faz consistir o socorro da graça na remissão dos pecados e nos exemplos que nos deixou Jesus Cristo.

Ele acrescenta: “Somos melhores do que aqueles que viveram sob a lei, segundo estas palavras do Apóstolo: *O pecado já não vos dominará, porque agora não estais mais sob a lei e sim sob a graça*[92]. É em consequência deste princípio que agora instituímos uma virgem perfeita, inflamada ao mesmo tempo pela natureza e pela graça e que atesta, com a santidade de sua vida, o duplo benefício da natureza e da graça”. Esta conclusão que ele nos apresenta tende, evidentemente, a nos fazer admitir que o bem da natureza é aquele que recebemos por nossa criação e que o bem da graça é a contemplação dos exemplos de Jesus Cristo. Seguir-se-ia daí que o pecado não foi perdoado àqueles que estiveram ou ainda estão sob a lei, por que eles não foram testemunhas dos exemplos de Jesus Cristo ou não acreditaram neles.

Capítulo 43

Esta é a sua doutrina, como provam algumas passagens de ser terceiro livro sobre o livre arbítrio. Seu interlocutor havia lhe apresentado estas palavras do Apóstolo: *Não entendo, absolutamente, o que faço,*

[91] PELÁGIO. *Ep. ad Demetr*. 8.
[92] Romanos 6: 14.

pois não faço o que quero; faço o que aborreço. E, se faço o que não quero, reconheço que a lei é boa. Mas, então, não sou eu que o faço, mas o pecado que em mim habita. Eu sei que em mim, isto é, na minha carne, não habita o bem, porque o querer o bem está em mim, mas não sou capaz de efetuá-lo. Não faço o bem que quereria, mas o mal que não quero. Ora, se faço o que não quero, já não sou eu que faço, mas sim o pecado que em mim habita. Encontro, pois, em mim esta lei: quando quero fazer o bem, o que se me depara é o mal. Deleito-me na lei de Deus, no íntimo do meu ser. Sinto, porém, nos meus membros outra lei, que luta contra a lei do meu espírito e me prende à lei do pecado, que está nos meus membros[93]. Pelágio lhe responde: "Você emprega com o Apóstolo uma linguagem que todos os doutores da Igreja só aplicam ao pecador ou àquele que ainda está colocado sob o jugo da lei. Uma grande aptidão para o vício constitui para ele como que uma necessidade de pecar. Sua vontade não deixa de ter um desejo pelo bem, mas ela se sente precipitada para o mal pela própria atitude que ela tem. Ora, o que o Apóstolo diz de uma só pessoa se aplica realmente ao povo que a lei antiga manteve cativo sob a lei do pecado. Segundo o próprio Apóstolo, ele só conseguirá se livrar desse mau hábito através de Jesus Cristo, que começa, no batismo, por apagar todos os pecados daqueles que acreditam, em seguida os estimula para a santidade perfeita através

[93] Romanos 8: 15-23.

de sua imitação e triunfa, através de seus exemplos, sobre a atitude que os arrasta para o mal”[94].

Esta é a ideia que ele faz do socorro prestado àqueles que pecam sob a lei; não é somente pela graça de Jesus Cristo que eles são justificados e libertados. É tal o habito de pecar neles que a lei não lhes bastaria; falta-lhes Jesus Cristo; não Jesus Cristo lhes inspirando a caridade através do Espírito Santo, mas lhes oferecendo a contemplação e a imitação, na doutrina evangélica, do exemplo de suas virtudes. Esta foi uma boa ocasião para ele definir o que ele entende por graça, já que nesta passagem ele menciona que o Apóstolo nos diz: *Homem infeliz que sou! Quem me livrará deste corpo que me acarreta a morte? Graças sejam dadas a Deus por Jesus Cristo, nosso Senhor!*[95]

Mas, já que Pelágio faz a graça consistir, não no socorro do poder de Jesus Cristo, mas nos exemplos que ele oferece à nossa imitação, podemos esperar que ele nos dê ideias precisas sobre a graça, quando parece que ele só está preocupado em esconder seu pensamento sob frases ambíguas e genéricas?

Capítulo 44

Na mesma carta enviada à virgem Demetríade lemos: “Sejamos submissos a Deus, façamos sua vontade e mereceremos a graça divina

[94] PELÁGIO. *Pro Lib. Arb.* 3.
[95] Romanos 8: 24 e 25.

e, com a ajuda do Espírito Santo, resistiremos mais facilmente ao espírito mau”[96]. Fica bem claro nestas palavras que, se ele afirma que somos ajudados pela graça do Espírito Santo, não é que sem essa ajuda e somente com a possibilidade natural não sejamos capazes de resistir ao tentador, mas é unicamente por que, com essa ajuda, a resistência se torna mais fácil. Assim então, qualquer que seja essa ajuda, tudo nos leva a crer que, para ele, a graça não passa de um conhecimento mais explícito que o Espírito Santo nos revela e que a natureza não pode nos dar, ou, pelo menos, ela só nos dá muito dificilmente. Estas foram as conclusões que me pareceram decorrer da carta enviada à virgem Demetríade e vocês mesmos podem apreciar seu valor.

Capítulo 45

Ele diz: “Leiam também um opúsculo que recentemente escrevi em favor do livre arbítrio. Essa leitura lhes provará que não se pode, a não ser em flagrante injustiça, me acusar de negar a graça, pois, em todas as páginas desse livro confessamos claramente a coexistência do livre arbítrio e da graça”[97].

Esta obra reúne quatro livros. Eu os li e foram eles que me forneceram o material para as discussões que mantive antes de começar o exame da carta que ele enviou a Roma. Também, nesses quatro livros,

[96] PELÁGIO. *Ep. ad Demetr.* 25.
[97] PELÁGIO. *Ep. ad Innocentium.*

quando ele parece falar da graça que nos ajuda a evitar o mal e a fazer o bem, ele evita sair da ambiguidade de suas expressões e, para ele, tudo se resume em dizer aos seus discípulos que a lei e a doutrina são os únicos socorros que a graça fornece ao poder natural.

Quanto às nossas preces, a única coisa que ela pode nos propiciar é obter que a doutrina divina brilhe aos nossos olhos mais claramente e não se trata, de forma alguma, de obter para o espírito humano um socorro que o ajude a cumprir, pela boa vontade e pela ação, o preceito cuja obrigação lhe é perfeitamente conhecida.

Este é o ponto mais claro de sua doutrina e ele só faz confirma-la, ao fazer a distinção entre a possibilidade, a vontade e a ação. Ele sustenta que somente a possibilidade é sempre ajudada pelo socorro divino, mas, quando se trata da vontade e da ação, elas não lhe parecem precisar de nenhuma ajuda de Deus. Quanto ao socorro que ele diz favorecer a possibilidade natural, ele diz consistir inteiramente na lei e na doutrina, de tal forma que elas nos são reveladas pelo Espírito Santo; revelação esta que não deixamos de implorar em nossas preces.

Por outro lado, ele não recusa aos tempos proféticos o socorro da lei e da doutrina. Ele também conclui que, quando se trata da graça propriamente dita, sua ajuda consiste unicamente nos exemplos que Jesus Cristo nos deixou. Novo subterfúgio que não impede de ver que essa ajuda se confunde com a doutrina evangélica. Assim então, nos é mos-

trada a via que devemos percorrer. Portanto, não precisamos de nenhuma ajuda e, somente com as forças de nosso livre arbítrio, nos bastamos para jamais sair dessa via. Ele vai mais longe ainda e sustenta que somente a natureza pode descobrir essa via, embora ela chegue mais facilmente a ela quando é ajudada pela graça.

Capítulo 46

Eis como se resume em meu espírito toda a doutrina de Pelágio sobre a graça. Vocês compreendem que aqueles que compartilham desses erros não fazem nenhuma ideia da justiça de Deus e querem estabelecer sua própria justiça[98]. Eles estão, no entanto, longe dessa justiça, que nos vem, não de nós, mas de Deus[99] e cujo conhecimento eles deveriam retirar principalmente das Escrituras canônicas. Mas, infelizmente, como leem as Escrituras com a intenção de justificar seus erros, até mesmo o que é evidente os deixa insensíveis. Quisera Deus que eles prestassem pelo menos uma maior atenção aos escritos dos doutores católicos e que o amor exclusivo às suas próprias opiniões não os faça negligenciar as obras nas quais eles sabem muito bem que vão encontrar a verdadeira interpretação das Escrituras e as noções mais precisas sobre a natureza e o socorro da graça! O próprio Pelágio, na última obra que ele invoca para sua justificação __ ou seja, no terceiro livro sobre o

[98] Cf. Romanos 10: 3.
[99] Cf. Filipenses 3: 9.

livre arbítrio __ cita elogiosamente o testemunho de Santo Ambrósio. Vocês vão avaliar.

Capítulo 47

Ele diz: "O bem aventurado bispo Ambrósio é o oráculo por excelência da fé romana. Seus livros são a mais bela flor encontrada entre os latinos. Sua fé e sua interpretação das santas Escrituras são tão puras, que nem mesmo seus inimigos ousam atacá-lo". São nestes termos que ele se prodigaliza em louvores ao bispo de Milão. Sua santidade, sem dúvida, só igualava à sua ciência e, no entanto, sua autoridade não pode se igualar à das Escrituras canônicas. Esses elogios não são desinteressados por parte dele; se Santo Ambrósio bem os mereceu aos seus olhos, foi por que, em uma passagem de seus escritos, ele parece fornecer a Pelágio uma prova de que o ser humano pode ficar sem pecar. Nós não temos que tratar desta questão. A única coisa que nos ocupa aqui é o socorro da graça, tal como ele é conferido para não mais pecarmos e vivermos santamente.

Capítulo 48

Que Pelágio aguce os ouvidos e ele ouvirá esse venerável bispo de Milão __ em seu segundo livro de exposição do Evangelho Segundo São Lucas[100] __ dizendo e ensinando que Deus coopera mesmo com

[100] AMBRÓSIO. *Expositio Evangelii Secundum Lucam*. Livro II, 84, Cap. III, 22.

nossas vontades. Ele diz: "Vejam que por toda parte a virtude do Senhor se mistura aos esforços humanos. Ninguém pode edificar sem o Senhor, manter sem o Senhor e começar algo sem o Senhor. Daí estas palavras do Apóstolo: *Quer comais quer bebais ou façais qualquer outra coisa, fazei tudo para a glória de Deus*[101]".

As pessoas têm o costume de dizer: "Nós começamos, mas é Deus quem termina". Santo Ambrósio, vocês observaram, condena essa linguagem e não teme dizer que "ninguém pode começar nada sem o Senhor". No sexto livro da mesma obra, falando dos dois devedores de um mesmo credor, ele diz o seguinte: "Sob o ponto de vista humano, aquele que mais deve é aquele que mais ofendeu. Mas, a misericórdia do Senhor mudou essa ordem de coisas e agora aquele que mais deve é aquele que ele mais amou, desde que tenha obtido a graça"[102]. Esse doutor católico poderia ensinar mais claramente que a própria dileção, que permite ao ser humano amar mais, é um dos benefícios da graça?

Capítulo 49

Falando em seguida da penitência que procede da vontade, Santo Ambrósio, no nono livro desta mesma obra, afirma o que é preciso: a misericórdia da penitência e o socorro do Senhor. "As boas lágrimas são aquelas que lavam a culpa. Ora, aqueles para os quais Jesus olha,

[101] 1 Coríntios 10: 31.
[102] AMBRÓSIO. *Expositio Evangelii Secundum Lucam*. Livro VI, 25, Cap. VII, 41.

choram. Pedro renegou seu Mestre uma primeira vez e não chorou, por que o Senhor não olhou para ele. Ele o renegou uma segunda vez e não chorou, por que o Senhor permaneceu sem olhá-lo. Por fim, ele o renegou uma terceira vez, Jesus então olhou para ele e Pedro chorou amargamente”[103].

Que os pelagianos leiam os Evangelhos e vejam que Jesus estava no interior da casa do príncipe dos sacerdotes, onde se justificava para os sacerdotes e que o apóstolo São Pedro estava fora e abaixo no átrio, junto ao fogo com os servos, ora sentado, ora de pé, andando de um lado para o outro, como prova a concordância mais autêntica dos Evangelhos. O olhar que Jesus lhe dirigiu não foi, no entanto, um olhar corporal exterior. As palavras “O Senhor o olhou” designam unicamente um ato interior que se realiza na inteligência e na vontade. Em sua infinita misericórdia, o Senhor foi secretamente em socorro de seu apóstolo, tocou seu coração, despertou sua lembrança, o visitou através de uma graça interior, o emocionou até fazê-lo verter lágrimas exteriores e o inflamou com um imenso ressentir. Este é o modo sob o qual Deus vem em ajuda a nossas vontades e a nossas ações. Eis como ele opera em nós o querer e o agir.

[103] AMBRÓSIO. *Expositio Evangelii Secundum Lucam*. Livro X, n. 89, Cap. XXII, 61.

Capítulo 50

Neste mesmo livro de Santo Ambrósio, também lemos: “Se Pedro caiu; aquele que havia dito: *Mesmo que sejas para todos uma ocasião de queda, para mim jamais o serás*[104], o que os outros poderão presumir de si mesmos? Davi havia dito: *Eu, porém, seguro de mim, não serei jamais abalado*[105]e, mais tarde, o ouvimos confessar que sua presunção havia se voltado contra ele: *Mas quando escondestes vossa face fiquei aterrado*[106][107].

Que Pelágio preste então bastante atenção aos ensinamentos do grande bispo de Milão, que ele imite sua fé, já que ele se derrama em louvores sobre sua doutrina. Que ele escute humildemente, que ele o imite fielmente e, sobretudo, que ele não teime em sua presunção, para que não pereça eternamente. Por que Pelágio ia querer se precipitar nesse oceano de onde Pedro só foi libertado por aquele que é a pedra angular da Igreja e da salvação?

Capítulo 51

No sexto livro da mesma obra, Santo Ambrósio diz o seguinte: “Eles não o receberam”, mas, o próprio Evangelista nos mostra a razão,

---

[104] Mateus 26: 33.
[105] Salmo 29: 7.
[106] Salmo 29: 8.
[107] AMBRÓSIO. *Expositio Evangelii Secundum Lucam*. Livro 10, n. 91, Cap. XXII.

"*por ele dar mostras de que ia para Jerusalém*[108]. Ora, os discípulos desejavam vivamente serem recebidos na Samaria. Mas Deus chama quem lhe agrada e torna religioso quem ele quer"[109]. Que sublime doutrina, retirada por esse homem de Deus na própria fonte da graça divina! "Deus", ele diz, "chama quem lhe agrada e torna religioso quem ele quer". Esta não é a explicação para estas palavras proféticas: *Dou a minha graça a quem quero e uso de misericórdia com quem me apraz*[110]? Ou ainda estas outras palavras do Apóstolo: *A escolha não depende daquele que quer, nem daquele que corre, mas da misericórdia de Deus*[111].

É bem isto o que repete esse grande homem de nossos tempos: "Deus chama quem lhe agrada e torna religioso quem ele quer". Ousará alguém dizer que, sem ser ainda religioso, pode-se correr para Deus, desejar ser dirigido por ele, conformar inteiramente sua vontade com a dele e se unir a ele de modos a se tornar um só espírito com ele[112], segundo as palavras do Apóstolo?

Ora, esse grande trabalho do homem religioso, Pelágio atribui inteiramente ao poder eficaz do livre arbítrio. Ao contrário, aquele que ele louva com tanta complacência __ Santo Ambrósio __ nos diz: "O Se-

---

[108] Lucas 9: 53.
[109] AMBRÓSIO. *Expositio Evangelii Secundum Lucam*. Livro VII, n. 27, Cap. IX, 53.
[110] Êxodo 33: 19. Cf. Romanos 9: 15.
[111] Romanos 9: 16.
[112] 1 Coríntios 6: 17.

nhor Deus chama quem lhe agrada e torna religioso quem ele quer". Se então, alguém corre para Deus, deseja ser governado por ele, submete inteiramente sua própria vontade à dele, uma só coisa nos explica esse fenômeno: é Deus quem torna religioso quem ele quer e não há um só religioso que possa chegar a esse grau de perfeição se o próprio Deus não operar esse precioso resultado. É em vão que uma pessoa tentaria obter isso.

Capítulo 52

Confessamos, ademais, que a questão do livre arbítrio e da graça de Deus é uma questão muito difícil de tratar e resolver. Com efeito, se você quer justificar o livre arbítrio, logo parece que você nega a graça de Deus. Se você afirma a graça de Deus, você parece suprimir o livre arbítrio. É então de se espantar que, envolto em seu espesso manto de trevas, Pelágio afirme dar pleno consentimento à opinião de Santo Ambrósio, tal como citamos e que compartilha e sempre compartilhou dessa doutrina? É de se espantar que ele explique cada uma dessas proposições no sentido de seus próprios erros?

Seja como for, quanto à questão da graça divina e do socorro de Deus, não perca jamais de vista estas três coisas que ele distingue com tanto cuidado: o poder, o querer e o ser; ou seja, a possibilidade, a vontade e a ação. Que se trate, não apenas da possibilidade, que está no ser humano __ mesmo que ele não queira e nem aja bem __ mas também

da vontade e da ação, que só estão no ser humano quando ele quer o bem ou quando o faz, se Pelágio quer, sobre este ponto, abraçar a doutrina católica, ele acreditará firmemente conosco que a vontade e a ação, propriamente, têm tanta necessidade do socorro de Deus que, sem esse socorro, não podemos querer nada e nem fazer o bem. Ele acreditará conosco que esse socorro não é outra coisa além da graça de Deus, através de Jesus Cristo Nosso Senhor; graça com a qual ele nos torna justos de sua própria justiça e não da nossa e que essa justiça, que não vem de nós, é, para nós, a verdadeira justiça. Com essa condição, o socorro da graça de Deus não será mais entre nós objeto de nenhuma controvérsia.

Capítulo 53

O que merece em Santo Ambrósio os elogios de Pelágio é que, no panegírico que esse santo doutor fez das virtudes de Zacarias e de Isabel, nosso heresiarca acreditou encontrar a prova de seu princípio favorito: que o ser humano pode, nesta vida, permanecer sem pecado. Visto sob o ponto de vista de Deus, para quem tudo é possível, este princípio pode ser admitido. No entanto, que Pelágio considere atentamente em que sentido Ambrósio o proclama. Em minha opinião pelo menos, trata-se somente de um certo gênero de vida muito honesta e muito louvável, no qual não haveria nada a repreender ou condenar. Esta foi a vida que Zacarias e sua esposa levaram aos olhos de Deus[113], pois eles não enga-

[113] Cf. Lucas 1: 6.

navam as pessoas com nenhuma dissimulação e se mostravam aos seus olhos o que eles eram aos olhos de Deus. Mas, seria um engano pretender encontrar neles essa perfeição de justiça que leva aquele que a possui a um estado de inocência perfeita, uma isenção completa de qualquer falta e de qualquer pecado. Falando, com efeito, da justiça que vem da lei, Santo Ambrósio assegura que ele não merece nenhuma reprovação a este respeito, tal era o estado de Zacarias. Mas essa justiça legal pareceu ao Apóstolo mais desprezível do que as coisas mais desprezíveis do mundo, quando ele a compara à justiça que nós esperamos[114] e da qual devemos ter fome e sede[115], para que, já nesta vida, onde o justo vive da fé, nós possamos ser saciados com o que está para nós coberto pelo véu da fé[116].

Capítulo 54

Que Pelágio escute, enfim, estas palavras do venerável bispo de Milão, em seu comentário de Isaías: "Ninguém pode ser livre de pecado neste mundo", ele diz. "Neste mundo", diz Santo Ambrósio; não é, certamente, do amor deste mundo que ele fala aqui. Ele não falava do Apóstolo, que disse: *Nós, porém, somos cidadãos dos céus*[117]? Este é, portanto, o pensamento que o santo bispo desenvolveu com estas pala-

[114] Cf. Filipenses 3: 6-8.
[115] Cf. Mateus 5: 6.
[116] Romanos 1: 17.
[117] Filipenses 3: 20.

vras: “O Apóstolo admite que, neste mundo, muitos como ele são perfeitos, mas, quando se trata da perfeição verdadeira, que distância ainda os separa dela! Esse Apóstolo não diz: *Hoje vemos como por um espelho, confusamente; mas então veremos face a face. Hoje conheço em parte; mas então conhecerei totalmente, como eu sou conhecido*[118]? Assim então, há os que são sem mácula neste mundo e que o serão igualmente no reino de Deus; no entanto, se examinarmos de mais perto, veremos que ninguém pode ser sem mácula, pois ninguém é sem pecado”.

Conhecemos agora sobre qual testemunho de Santo Ambrósio Pelágio pretendeu apoiar seu erro. Ou bem esse testemunho não deve ser tomado em um sentido absoluto, mas somente provável e sem um exame mais aprofundado, ou então, supondo que Santo Ambrósio tenha atribuído a Zacarias e a Isabel uma justiça perfeita que não deixava mais nada a desejar, então dever-se-á dizer que um estudo mais sério do assunto mudou suas convicções sobre esse ponto.

Capítulo 55

Por fim, já que Pelágio encontrou na passagem que ele citou de Santo Ambrósio alguma coisa que lhe agradava, por que então ele não citou igualmente estas palavras que seguem as primeiras: “É impossível à natureza humana permanecer imaculada desde o começo”? Pelágio

[118] 1 Coríntios 13: 12.

nega formalmente que a possibilidade natural que somos dotados seja viciada pelo pecado e ainda a exalte com uma complacência excessiva, enquanto que Santo Ambrósio proclama em alta voz sua impotência e fraqueza. Pelágio se indigna, mas o santo bispo só faz repetir, sob outra forma, estas palavras do Apóstolo: *Éramos como os outros, por natureza, verdadeiros objetos da ira*[119]. Com efeito, pelo pecado do primeiro homem, triste fruto do livre arbítrio, nossa natureza foi realmente viciada e condenada. Somente a graça pode renová-la, mas essa graça só pode nos vir através do mediador de Deus e dos homens e pelo remédio todo poderoso estabelecido por Deus para curar essa natureza infeliz. Até aqui nós falamos exclusivamente dessa graça que produz em nós a justificação e pela qual Deus coopera em todas as coisas, para o bem, em favor daqueles que o amam[120] e que ele primeiro amou[121], pois é dele que vem o próprio dom de amar.

Agora, se Deus nos der a graça, vamos falar do pecado que entrou no mundo com a morte, através de um só homem e dele passou para todos os humanos. Esperamos assim refutar de maneira pertinente os nossos adversários que ousaram contradizer essa verdade e afirmar o erro contrário.

---

[119] Efésios 2: 3.
[120] Cf. Romanos 8: 28.
[121] Cf. 1 João 4: 19.

Livro II: O Pecado Original

Introdução

Santo Agostinho prova que, sobre a questão do pecado original e do batismo das crianças, Pelágio ensina formalmente a mesma doutrina que seu discípulo Celéstio, que foi solenemente condenado, primeiramente em Cartago e depois em Roma. Essa questão, no entanto, não é daquelas que se possa transitar sem perigo para a fé. Pode-se mesmo dizer que esse erro ataca o fundamento da fé. Por fim, o santo doutor refuta aqueles que defendem que o dogma do pecado original é incompatível com a bondade do casamento e injuria Deus.

Capítulo 01

Quanto ao batismo das crianças, eu vos convido a escutar com extrema desconfiança todos aqueles grandes faladores que não ousam recusar formalmente à infância o banho da regeneração e da remissão dos pecados, com medo de provocar a mais viva indignação da parte dos cristãos, mas que, no entanto, se obstinam em sustentar que o pecado do primeiro ser humano não é transmitido de nenhuma maneira pela geração carnal e que as crianças não são culpadas de nenhuma maneira pelo pecado original; o que não os impede de lhes conceder o batismo para a remissão dos pecados.

Vocês não me disseram que Pelágio leu para vocês algumas passagens do opúsculo que ele assegurou ter enviado a Roma? Vocês mesmos não ouviram palavras como estas: “A fórmula do batismo conferido às crianças deve ser a mesma dos adultos”? Após uma confissão como esta, poder-se-ia supor que o pecado original ainda seja colocado em questão? Quem os acusasse de negar sua existência não pareceria um infame caluniador, até o momento em que ele fizesse a leitura dessas passagens manifestas nas quais nossos adversários negam formalmente que o pecado original seja transmitido às crianças e afirmam que nascemos todos sem marca e sem mácula?

Capítulo 02

Celéstio tem pelo menos o mérito de se declarar francamente por esse erro. Até o ponto de, em Cartago, em um julgamento episcopal, ele se recusar positivamente a condenar aqueles que sustentam que “o pecado de Adão condenou apenas seu autor e não o gênero humano e que as crianças, em seu nascimento, estão no mesmo estado que Adão antes de sua prevaricação”[122]. Em Roma mesmo, no libelo que ele dirigiu ao papa Zózimo, ele declarou, sem rodeios, “que nenhuma criança nasce culpada do pecado original”. Retiramos os testemunhos seguintes das atas eclesiásticas de Cartago.

[122] PAULIN. Mediol., *Libellus minor*.

Capítulo 03

“O bispo Aurélio disse: ‘Leia-se o seguinte’. E se leu que o pecado de Adão só afetou seu autor e não o gênero humano. Após essa leitura, Celéstio acrescentou: ‘Eu disse que duvidava da transmissão do pecado, mas me colocaria ao lado daquele que me parecesse ter recebido de Deus a graça de melhor conhecer a questão. Com efeito, eu ouvi muitas coisas contraditórias sobre este ponto, por parte de sacerdotes católicos’. O diácono Paulino interveio: ‘Diga-nos seus nomes’. Celéstio disse: ‘O santo padre Rufino, de Roma, que conviveu com São Pamáquio. Eu o ouvi dizer que não há transmissão de pecado’. ‘Há ainda outros?’, perguntou Paulino. ‘Eu ouvi muitos outros’, respondeu Celéstio. Paulino: ‘Dê-nos seus nomes’. Celéstio: ‘Um só padre não basta?’ Um pouco depois continuamos a leitura. O bispo Aurélio sugeriu que se terminasse a leitura do libelo. Lemos que as crianças, em seu nascimento, estão no mesmo estado que Adão antes de sua prevaricação e continuamos assim até o fim da leitura desse curto opúsculo.

“O bispo Aurélio perguntou: ‘Celéstio, é verdade, como o diácono Paulino acaba de afirmar, que você ensinava que as crianças, por ocasião de seu nascimento, estão no mesmo estado que Adão antes de sua prevaricação?’ Celéstio: ‘Ele que explique por que disse antes da prevaricação’. Paulino: ‘Você nega então que tenha sustentado esta doutrina? Das duas, uma: ou você afirma que esse ensinamento jamais saiu de

seus lábios ou a condena formalmente'. Celéstio: 'Eu pedi que ele explicasse por que disse antes da prevaricação'. Paulino: 'Você nega que tenha defendido essa doutrina?' O bispo Aurélio: 'Permita-me resumir essa objeção. Adão, colocado no paraíso terrestre e, até então, destinado a não morrer, se tornou sujeito à morte em punição ao seu pecado. Paulino, é isso o que você disse?' Paulino: 'Sim, é bem isso o que eu afirmo'. Aurélio: 'As crianças a batizar estão no mesmo estado que Adão antes de sua prevaricação, ou, pelo próprio fato de seu nascimento, são culpadas do pecado original? Este é o ponto sobre o qual Paulino gostaria de ouvir as explicações de Celéstio'. Paulino: 'Eu pergunto se ele ensina o pecado original ou se ele o nega'. Celéstio: 'Eu já falei da transmissão do pecado, pois, entre os católicos, eu ouvi uns o afirmarem e outros o negarem. Eu creio, portanto, que há aqui uma matéria de discussão e não heresia. Eu sempre disse que as crianças necessitam do batismo e devem ser batizadas. Por que ainda me interrogam?'"

Capítulo 04

Vocês mesmos veem que, mesmo concedendo o batismo às crianças, Celéstio não quer confessar que elas nascem culpadas do pecado original e que esse pecado seja apagado pelo banho da regeneração. Ele não quer confessá-lo, mas ele não ousa também negá-lo. É, portanto, esse estado de incerteza que o impede de condenar aqueles que sustentam que o pecado de Adão afetou somente seu autor e não o gênero

humano inteiro e que as crianças, em seu nascimento, estão no mesmo estado que Adão antes de sua prevaricação[123].

Capítulo 05

No libelo que ele publicou em Roma e que foi citado nas atas eclesiásticas, ele diz de maneira clara que a dúvida que ele tinha deu lugar a uma convicção verdadeira. Eis suas palavras: "As crianças devem ser batizadas para a remissão dos pecados, segundo a regra da Igreja Católica e segundo a doutrina dos Evangelhos, na qual o Senhor estabeleceu que o reino dos céus só é acessível àqueles que receberam o batismo[124]. Já que esse reino ultrapassa as forças da natureza, ele só pode ser conferido pela liberalidade da graça. É isso o que nós confessamos"[125].

Se ele não tivesse voltado a esta questão, estaríamos todos convencidos de que Celéstio admite nas crianças a remissão do pecado original no batismo, já que ele proclama que se deve batizá-las para a remissão dos pecados. Vocês se lembram, sem dúvida, da resposta que lhes deu Pelágio: "A fórmula empregada para o batismo das crianças é a mesma usada para o batismo dos adultos". Esta resposta vos encheu de alegria, por que acreditaram encontrar aí o que desejavam. No entanto,

---

[123] PAULIN. Mediol., *Libellus minor*.
[124] Cf. João 3: 5.
[125] CELÉSTIO. *Libellus fidei Romae*.

antes de aceitar estas palavras, vocês entenderam ter que submetê-las a um exame mais aprofundado.

Capítulo 06

Queiram então observar o que Celéstio enuncia, sem nenhum subterfúgio e conhecerão o que Pelágio quis lhes esconder. Ora, eis o que Celéstio acrescenta: "Ao dizer que o batismo deve ser conferido às crianças, para a remissão dos pecados, nós, de forma alguma, tivemos a intenção de afirmar a transmissão original do pecado, pois isso nos colocaria em oposição ao sentimento católico. Com efeito, o pecado não poderia nascer com o ser humano, já que ele, mais tarde, se torna obra pessoal do ser humano e, portanto, ele não é um pecado natural, mas um pecado da vontade. É isso o que devemos admitir, para não parecer que estabelecemos diferentes gêneros de batismo e, por ocasião de um mistério, fazer injúria ao Criador, ensinando que o mal está no ser humano por natureza, antes mesmo que este ser possa cometê-lo por sua vontade própria"[126].

Pelágio temia ou se envergonhava de vos expor essa doutrina em toda sua nudez. Mas Celéstio, mais lógico e mais ousado do que seu mestre, não temeu e nem se envergonhou de formulá-la nitidamente e sem ambiguidade diante da sede apostólica.

[126] CELÉSTIO. *Libellus fidei Romae*.

Capítulo 07

No entanto, em sua imensa misericórdia, o Pontífice, vendo Celéstio se precipitar como um furioso no fosso do erro, tentou, como se isso fosse possível, interromper sua queda. Ao invés de aplicar-lhe uma condenação memorável, que o teria precipitado no abismo sobre o qual ele estava suspenso, preferiu interrogá-lo sucessivamente, para permitir-lhe, com suas respostas que se mantive na unidade.

Eu disse que Celéstio ainda não havia manifestamente caído no abismo, mas que estava apenas suspenso, pois, com esse mesmo libelo, falando das questões que ele colocava, ele havia dito formalmente: "Se algum erro, fruto da ignorância, se imiscuiu em minhas palavras, nós conhecemos nossa fragilidade humana e esperamos de vós a nossa correção e esclarecimento"[127].

Capítulo 08

Apoiado nessa promessa de submissão, o venerável Papa Zózimo, sentindo ter diante de si um homem que o vento de uma falsa doutrina tinha inflado de orgulho, se propôs a amenizar uma condenação formal das acusações levantadas contra ele pelo diácono Paulino e a uma aceitação explícita da carta apostólica de seu predecessor, de santa memó-

[127] CELÉSTIO. *Libellus fidei Romae*.

ria[128]. Mas Celéstio se recusou teimosamente a ceder no primeiro ponto. Quanto à carta do Papa Inocêncio, ele não ousou repudiá-la e chegou mesmo a prometer "condenar tudo o que a Santa Sé condenava"[129]. Assim, como um lunático e para que sossegasse, foi tratado com leniência. No entanto, ainda não pareceu que merecesse já a suspensão da excomunhão que pesava sobre ele. Portanto, dois meses lhe foram concedidos para refletir e para se arrepender e ficou-se na espera de uma carta da África[130] que informasse Roma se ele queria aproveitar a indulgência que lhe era oferecida.

Bastava a ele se livrar de sua obstinação vaidosa, lembrar-se de sua promessa e ler atentamente a carta que ele se comprometera a subscrever. Desta forma, sua cura estava assegurada. Mas, a assembleia dos bispos da África, testemunha de sua obstinação, teve que responder que era mais do que justo confirmar a sentença que o atingiu. Leiam todos esses documentos que nós lhes enviamos.

Capítulo 09

Agora, que Pelágio exame ele mesmo seus escritos e lhes dê um julgamento imparcial e ele compreenderá que é atingido diretamente por essa sentença. Ele surpreendeu a boa-fé dos bispos da Palestina, daí essa aparente justificação que ele se gaba. Em Roma, onde vocês sabem

[128] Cf. AGOSTINHO. *Contra duas epp. Pelag.* 2, 3, 5-4, 6.
[129] CELEST. *Libellus fidei Romae*. Cf. PAULINO. *Mediol., Libellus Zosimo episc.*
[130] Cf. ZÓZIMO. Carta *Magnum pondus*.

que ele é muito conhecido, ele não pôde enganar ninguém, apesar dos meios de todo tipo que ele empregou para conseguir isso.

O bem aventurado Zózimo não pôde se esquecer o que seu predecessor pensava das próprias atas do processo. Ele compreendeu igualmente o que essa fé romana que deve ser pregada no Senhor a todas as nações da terra[131] podia pensar de Pelágio, pois os romanos, como uma só pessoa, reuniram todos os seus esforços para vingar a verdade católica dos ataques do erro. Pelágio não viveu no meio desses romanos? Sua doutrina então podia permanecer desconhecida a eles. Eles sabiam perfeitamente também que Pelágio tinha como discípulo fiel esse mesmo Celéstio, do qual eles podiam extrair um testemunho autêntico e verdadeiro.

Ora, o que pensava o santo papa Inocêncio dessas atas do sínodo da Palestina, nas quais Pelágio afirmava encontrar sua justificação? Vocês poderão sabê-lo lendo a carta que nos escreveu sobre este assunto e o memorial produzido pelo sínodo da África em resposta ao papa Zózimo. Embora já lhes tenhamos enviado todos esses documentos, acreditamos ter que recordá-los nesta obra.

[131] Romanos 1:8.

Capítulo 10

Em uma carta assinada por cinco bispos falamos dessas atas da Palestina, que ainda só conhecíamos através de rumores e dissemos que Pelágio, nesse oriente onde morava, tinha sido justificado por um sínodo eclesiástico.

Recebemos de Inocêncio uma resposta que eu mostro algumas linhas. “Essas atas trazem algumas objeções que lhe foram feitas. Mas ele evita respondê-las e algumas ele só tenta refutar através de uma profunda obscuridade. Em certos pontos, ele se justifica através de falsos raciocínios, muito mais do que por razões verdadeiras. Ele recorreu, de acordo com as necessidades do momento, tanto a contestações quanto a interpretações inexatas. Mas, quisera Deus (o que seria realmente desejável) que ele abandonasse seu erro para retornar à verdade da fé católica! Quisera Deus que ele desejasse e quisesse se justificar, considerando e reconhecendo a graça e o socorro de Deus que precisamos todos dos dias! Quisera Deus que ele visse a verdade e que retornasse __ de coração e não baseado em não sei que atas __ ao caminho da fé católica e merecesse a aprovação universal! Não podemos nem condenar e nem aprovar o julgamento que recaiu sobre ele, pois não sabemos se as atas são verdadeiras e, se elas o são, parece evidente que elas estão mais

interessadas em elucidar a questão do que em justificá-la plenamente”[132].

Estas palavras vos bastam para concluir que o bem aventurado papa Inocêncio confirma sua resolução de só falar do que ele conhece. Vocês veem o que ele pensava da justificação de Pelágio. Vocês veem os antecedentes que o santo papa Zózimo tinha sob os olhos. Ele precisava de mais para confirmar, sem nenhuma hesitação, o julgamento de seu antecessor?

Capítulo 11

Eu não devo igualmente lhes mostrar como Pelágio enganou os bispos da Palestina, sobre a questão do batismo das crianças, bem como muitas outras? Eu me sinto muito mais obrigado a isso quando se poderia, talvez, me acusarem de ter procurado, não compreender, mas caluniar e colocar sob suspeita temerariamente o pensamento de Pelágio, quando dissemos que ele escondeu sua opinião e que ele ensina absolutamente a mesma doutrina que seu discípulo Celéstio, cujo comportamento franco e livre ele não imita.

Já sabemos que Celéstio se recusou condenar as seguintes proposições: “O pecado de Adão afeta apenas seu autor e, de forma alguma, o gênero humano. As crianças, em seu nascimento, estão no mesmo esta-

[132] Cf. AGOSTINHO. *Carta* 183, 3-4: NBA 22, 925 s.

do que Adão estava antes de sua prevaricação". Ele não compreendeu que condenar estas proposições seria afirmar em alto e bom som a transmissão do pecado de Adão? Ora, quando Pelágio se viu acusado de partilhar também deste ponto da doutrina de seu discípulo Celéstio, ele não hesitou em condená-la.

Eu sei que vocês leram as atas desse julgamento, mas não é unicamente a vocês que eu me dirijo neste momento e, como eu temia que o leitor recuasse diante da dificuldade de recorrer ele mesmo a essas atas, eu vou fornecer aqui mesmo um extrato delas.

Capítulo 12

O sínodo disse[133]: "Já que Pelágio condenou aqueles que temerariamente sustentam que, sem o socorro e a graça de Deus o ser humano pode ficar sem pecado, que ele responda agora às outras acusações chaves. Uma delas foi tirada da doutrina de Celéstio, discípulo de Pelágio e foi assinalada pelo santo bispo de Cartago, Aurélio e seus colegas, reunidos em sínodo.

"Celéstio havia formulado seu pensamento nestes termos: 'Adão foi criado mortal e morreria, tivesse ele pecado ou não. O pecado de Adão só afeta seu autor e, de forma alguma, ao gênero humano. A lei, como os Evangelhos, nos abre o reino dos céus. Antes da vinda de Jesus

[133] Cf. *De gest. Pel.* 6, 16.

Cristo, algumas pessoas viveram absolutamente sem pecado. As crianças, no seu nascimento, estão no mesmo estado que Adão estava antes de sua prevaricação. Não é nem pela morte e nem pela prevaricação de Adão que todas as pessoas estão condenadas a morrer. Da mesma forma, não é através da ressurreição de Jesus Cristo que o gênero humano ressuscitará'.

"O santo bispo Agostinho, respondendo a algumas questões que Hilário de Siracusa lhe havia formulado[134], sobre alguns erros professados na Sicília pelos discípulos de Pelágio, assinalou em seu livro as seguintes proposições: 'O ser humano, se ele quiser, pode permanecer sem pecado; as crianças, mesmo mortas sem batismo, possuem a vida eterna; se os ricos batizados não renunciam a tudo o que possuem, as boas obras realizadas por eles não lhes servem de nada e eles não poderão entrar no reino dos céus'[135].

"Pelágio respondeu: 'Quanto à possibilidade do ser humano permanecer sem pecado, isso já foi falado antes. Quanto ao segundo ponto, dissemos que antes da vinda de Jesus Cristo, algumas pessoas, segundo o próprio testemunho das Escrituras, viveram na santidade e na justiça. Quanto às outras proposições, meus próprios adversários concordam que elas me são estranhas e que eu não tenho nenhuma satisfação com

[134] Cf. AGOSTINHO. *Carta* 156-157: NBA 22, 581-637.
[135] Cf. AGOSTINHO. *Carta* 157: NBA 22, 582-637.

elas. No entanto, para responder a todos os desejos do sínodo, eu declaro condenar aqueles que sustentam ou sustentaram essa doutrina'"[136].

Capítulo 13

Disto vocês podem concluir, quanto ao assunto que nos ocupa, que Pelágio anatematizou aqueles que ensinam que "o pecado de Adão afeta somente seu autor e, de forma alguma, o gênero humano; que as crianças, em seu nascimento, estão no mesmo estado que Adão antes de sua prevaricação"[137]. Seus juízes não podiam então ver nesse anátema uma profissão solene da fé católica no dogma da transmissão do pecado de Adão à sua posteridade, mesmo às crianças?

Celéstio se recusou a sancionar a condenação feita por Pelágio, por que ele não queria confessar a existência do pecado original. Agora, se eu puder mostrar que, com relação às crianças, o próprio Pelágio ensinava e acreditava que elas nascem em uma inocência perfeita, ficará claro facilmente que, nesta questão, toda a diferença entre Celéstio e Pelágio não passa de uma diferença formal. O primeiro foi mais franco e o segundo, mais dissimulado; o primeiro, mais obstinado e o segundo, mais hipócrita; o primeiro foi mais lógico e o segundo, mais astucioso.

O que Celéstio tinha se recusado a condenar em Cartago, ele se recusou igualmente a condenar em Roma; exceto quanto à promessa de

[136] Cf. *De gest. Pel.* 11, 24.
[137] PAULINO. *Mediol., Libellus minor.*

se corrigir, caso lhe provassem que, como ser humano que é, ele estava enganado[138]. Pelágio, pelo contrário, condenou essa mesma doutrina como contrária à verdade, para escapar do anátema que o ameaçavam os juízes católicos. Mas, ao mesmo tempo, ele se reservou o direito de sustentar essa mesma doutrina, quando o perigo havia passado; o que prova que ele estava sendo um grande mentiroso quando a condenou, ou um hipócrita dos mais astuciosos ao interpretá-la.

Capítulo 14

Mas, estou ansioso para cumprir minha promessa e mostrar que Pelágio, sobre este ponto, não pensa diferente de Celéstio. Na carta que ele enviou a Roma, ele menciona a obra que ele havia acabado de escrever sobre o livre arbítrio.

Ora, eis o que lemos no primeiro livro desta obra: "O bem ou o mal que nos torna bons ou maus, não nasce conosco, mas somos nós mesmos que o fazemos. Com efeito, nascemos capazes do bem e do mal, mas nem o bem e nem o mal estão em nós; nascemos sem vício e sem virtude. Assim, antes que tenhamos agido por nossa própria vontade, só há no ser humano o que Deus ali colocou na criação"[139]. Estas palavras de Pelágio, vocês podem ver claramente, provam que o mestre

[138] CELÉSTIO. *Libellus fidei Romae*.
[139] PELÁGIO. *Pro Libero Arbitrio*. 1.

e o discípulo estão perfeitamente de acordo em sustentar que as crianças nascem sem ter recebido nenhuma mácula do pecado de Adão.

Não é, portanto, de se espantar que Celéstio tenha se recusado a condenar aqueles que sustentam que "o pecado de Adão só afetou seu autor e, de forma alguma, ao gênero e que as crianças, em seu nascimento, estão no mesmo estado que Adão antes de sua prevaricação". Mas, o que é realmente espantoso é ver com que cara Pelágio ousou condenar esta doutrina. Com efeito, se, como ele diz "o mal não nasce conosco", se "somos formados sem nenhum vício original", se "antes de qualquer ação de sua própria vontade só há no ser humano o que Deus colocou ali na criação", não é evidente que o pecado de Adão só afetou seu autor e que ele não é transmitido de nenhuma maneira para sua posteridade?

Ou o pecado não é um mal, ou o pecado não é um vício, ou então é Deus o autor do pecado. Ora, Pelágio nos diz: "o mal não nasce conosco; somos formados sem nenhum vício original e, em todos aqueles que nascem, só pode haver ali o que Deus colocou na criação". Então, como explicar que Pelágio __ a menos que ele tivesse a intenção de enganar os juízes católicos que o condenaram __ tenha ousado condenar esta proposição: "O pecado de Adão só afetou seu autor e, de forma alguma, o gênero humano"?

Por outro lado, se o mal não nasce conosco, se somos formados sem nenhum vício original, se o ser humano, ao nascer, é absolutamente como Deus o criou, não estamos então no direito de dizer que "as crianças, em seu nascimento, estão no mesmo estado que Adão antes de sua prevaricação"? Naquela época, Adão estava isento de qualquer mal e vício e estava absolutamente igual como havia saído das mãos do Criador. No entanto, Pelágio anatematizou aqueles "que ensinam ou ensinaram que as crianças, em seu nascimento, estão no mesmo estado que Adão antes de sua prevaricação"[140], ou seja, isentas de todo mal e vício e tais como Deus as criou. Então, o que ele visava, ao formular essa condenação, não era unicamente enganar o sínodo católico e escapar do anátema que revelou nele um novo herético?

Capítulo 15

Ao ler o livro que enviei ao nosso venerável patriarca Aurélio, no qual eu discuti as atas do concílio da Palestina, vocês viram com que alegria verdadeira eu recebi a resposta de Pelágio, pois ela pareceu ter encerrado o debate e confessado abertamente a existência do pecado original nas crianças. E, com efeito, que outro sentimento eu poderia experimentar quando o ouvi anatematizar aqueles que sustentam que o pecado de Adão só afetou seu autor e, de forma alguma, o gênero hu-

[140] Cf. *De gest. Pel.* 11, 24; 35, 65.

mano e que as crianças, em seu nascimento, estão no mesmo estado que Adão antes de sua prevaricação?

Mas, quando eu percorri os quatro livros dessa obra que acabei de citar; quando eu vi esse mesmo homem se colocar em oposição direta à fé católica, com relação ao pecado original para as crianças, eu me perguntei, com espanto, como esse homem pôde mentir despudoradamente em um julgamento eclesiástico e sobre uma questão de tal importância.

Supondo que esses livros tenham sido escritos antes do julgamento, como ele pôde anatematizar aqueles que tinham professado essa doutrina? E se ele só os compôs em seguida, como ele ousou condenar aqueles que abraçam esse erro? Ele desafiou o ridículo até a ponto de dizer que seu anátema só atingia aqueles que, no passado ou no próprio presente, tinham professado ou professavam essa doutrina, enquanto que ele não podia, de forma alguma, se aplicar àqueles que no futuro abraçariam esse erro, devendo ele mesmo abraçá-la? Concluir-se-ia daí que ele não se desmentiu, já que em seguida ele ensinava o que havia inicialmente condenado. Mas ele recua diante de uma tal argumentação; não apenas por que seria ridículo, mas também por que seria de uma falsidade gritante. Com efeito, nesses mesmos livros, ele ataca a transmissão do pecado de Adão às crianças e tira vantagem das atas do sínodo da Palestina, no qual ele pareceu condenar realmente aqueles que partilham desses erros e no qual também ele conseguiu sua absolvição, graças à habilidade de suas mentiras.

Capítulo 16

Quanto à questão que nos ocupa, o que importa se Pelágio responda a seus discípulos que "se ele condenou as proposições que lhe eram apresentadas, foi por que ele sustenta que o pecado de Adão afetou não apenas seu autor, mas o gênero humano inteiro, não no sentido de uma transmissão verdadeira, mas unicamente em razão do mau exemplo que resultou desse pecado"[141]? Em outros termos, Pelágio não quer dizer um vício original que o pecado de Adão teria propagado para sua posteridade, mas de um pecado modelo que seria imitado por todos e que, assim, se tornariam culpados.

Da mesma forma, quando ele diz que as crianças, em seu nascimento, não estão no mesmo estado que Adão antes de sua prevaricação é por que elas ainda não possuem nenhum conhecimento do preceito, enquanto que Adão já desfrutava desse conhecimento. Da mesma forma, as crianças também ainda não possuem o uso de sua vontade própria e raciocínio, enquanto que Adão já devia utilizá-los, caso contrário, ele teria sido incapaz de receber qualquer mandamento.

Assim então, ele alega ter condenado justamente esta proposição: "O pecado de Adão só afetou seu autor e, de forma alguma, o gênero humano e as crianças, em seu nascimento, estão no mesmo estado de

[141] PELÁGIO. *Pro Libero Arbitrio*. 1.

Adão antes de seu pecado”[142]. Por outro lado, ele sustenta que, sem nenhuma contradição de sua parte, pôde ensinar, em suas últimas obras, que “as crianças nascem sem nenhum mal, sem nenhum vício e que elas estão tais como Deus as criou”[143], sem que qualquer inimigo tenha podido marcá-las com ferimentos ou chagas.

Capítulo 17

A linguagem de Pelágio, o cuidado que ele tem em distorcer o sentido das acusações feitas a ele, tudo isso não é um artifício de sua parte para não demonstrar que enganou os juízes? Mas ele não conseguirá isso jamais, por mais astuciosa que seja sua exposição, por mais hábil e sutil que tenha sido a surpresa que ele fez aos seus juízes.

Os bispos católicos o ouvem anatematizar aqueles que sustentam que “o pecado de Adão só afetou ao seu autor e, de forma alguma, o gênero humano”. Eles concluem, naturalmente, que Pelágio professa sobre este ponto a própria doutrina da Igreja e que, se ele confere o batismo às crianças, é verdadeiramente para a remissão dos pecados. Não pecados que elas mesmas tenha cometido, imitando o primeiro pecado, mas pecados que elas trazem ao nascer, por causa da transmissão do vício original. Quando eles o ouvem anatematizar aqueles que ensinam que “as crianças, em seu nascimento, estão no mesmo estado que Adão

[142] PAULINO. Mediol., *Libellus minor*.
[143] PELÁGIO. *Pro Libero Arbitrio*. 1.

antes de sua prevaricação", eles concluem naturalmente que ele condena todos aqueles que negam a transmissão do pecado de Adão à sua posteridade e entendem, por causa disso, que as crianças estão em um perfeito estado de inocência. Este, aliás, era o sentido formal da acusação para a qual ele tinha que se justificar.

Agora ele explica seu anátema: se ele disse que as crianças não estão no mesmo estado que Adão antes de seu pecado, ele quis unicamente afirmar que essas crianças não gozavam da mesma firmeza de espírito e de corpo; quanto a dizer que elas não eram culpadas de nenhuma falta por causa da transmissão original, jamais ele teve este pensamento.

Mas, podemos dizer a ele: "Quando você foi obrigado a condenar essas proposições, os bispos católicos deram a elas o sentido que você lhes deu? No entanto, você as condenou e, graças a essa condenação, eles acreditaram em sua ortodoxia. Eles só o absolveram por causa da crença que eles supunham em você. Quanto à crença que você tem realmente, ela só podia merecer uma condenação. Se então você professa uma doutrina condenável, você não foi absolvido, pois você só o foi em razão da crença que você devia ter. Antes que você possa se achar justificado, acreditaram que você fosse perfeitamente católico, pois seus juízes não podiam supor que sob uma linguagem ortodoxa você escondia doutrinas heréticas. Agora, já que você se mostrou partidário dos erros de Celéstio, acredite que você partilha sua condenação. Se no jul-

gamento você escondeu suas obras, desde o julgamento você as lançou em todas as vias da publicidade”.

Capítulo 18

Sendo assim, logo se levantou contra os autores dessa deplorável heresia a unânime reprovação dos concílios episcopais, da Sede apostólica, da Igreja romana e do império romano, já que Deus protege a fé católica e verdadeira. Que ele arranque dos laços do demônio essas tristes vítimas do erro! Esse foi o grito geral. Quem sabe, com efeito, Deus não lhes conceda a graça do arrependimento, de conhecer, de confessar, de pregar a verdade e de condenar os deploráveis desvios dessa verdade? Quaisquer que sejam, portanto, as disposições dos pelagianos, não podemos duvidar que a misericórdia de Deus não derrame suas graças sobre aqueles que, seguindo Pelágio, acreditam permanecer na comunhão católica.

Capítulo 19

Quanto ao próprio Pelágio, vejam o que ele tentou para suspender o julgamento episcopal da Sede apostólica nessa questão do batismo das crianças.

Vocês já sabem que ele escreveu ao papa Inocêncio, de santa memória. Essa carta foi enviada ao papa Zózimo, que ordenou que nos fosse transmitida. Nessa carta Pelágio reclama que “seus adversários

ousaram acusá-lo de recusar o sacramento do batismo às crianças e de lhes prometer o reino dos céus sem que nenhuma aplicação lhes seja feita da redenção de Jesus Cristo"[144]. Ora, não é esta a acusação levantada contra ele. Nós sabemos perfeitamente que eles não recusam o batismo às crianças e não concedem a ninguém o reino dos céus fora da redenção de Jesus Cristo. A forma como ele apresenta sua queixa é, portanto, somente um meio de responder mais facilmente à acusação levantada contra ele, sem tocar de forma alguma suas doutrinas errôneas.

O que se reprova nele é sustentar que, mesmo antes de seu batismo, as crianças não participam, de forma alguma, da condenação do primeiro ser humano e que não são culpadas de nenhum pecado original que precise ser apagado no banho da regeneração. Se então eles concordam que o batismo lhes seja ministrado, é unicamente para lhes dar direito ao reino dos céus, sem o qual, no entanto, elas só podem possuir a morte eterna, já que, sem a participação no corpo e no sangue do Senhor, ninguém pode ter a vida eterna. É isso, portanto, do que é acusado, com relação ao batismo das crianças e, se ele afirma outra coisa, é unicamente para poder se justificar, sem modificar o que quer que seja de seu ensinamento.

[144] PELÁGIO. *Epistola ad Innocentium*.

Capítulo 20

Agora, avaliem vocês mesmos sua resposta e vejam como ele cria um refúgio sob o véu espesso das trevas e das ambiguidades com os quais ele envolve a verdade, a ponto de, após uma primeira leitura, ficarmos seriamente tentados a nos regozijar com a sinceridade de sua conversão.

Mas, se estudamos os desenvolvimentos de seu pensamento em suas outras obras, qualquer que seja o desejo que ele tenha de se esconder, nós acabamos descobrindo e passamos a suspeitar de suas confissões, aparentemente muito francas e explícitas.

Ele disse que "Jamais sustentou e jamais ouviu algum herético sustentar semelhante doutrina com relação às crianças" e acrescenta "Pode alguém ignorar o Evangelho a ponto de, não apenas sustentar essa doutrina, mas até mesmo de ter esse pensamento? Qual é o ímpio que ousaria privar as crianças do reino dos céus, ao deixar de batizá-las e fazê-las renascer em Jesus Cristo?"[145]

Capítulo 21

Esta resposta é inútil e nada poderia justificá-la. Jamais eles sustentaram que sem o batismo as crianças possam entrar no reino dos céus. Mas esta não é a questão; a questão é unicamente a remissão do

[145] PELÁGIO. *Epistola ad Innocentium*.

pecado original nas crianças. Que ele se justifique, portanto, com relação a este ponto: que o banho da regeneração não tem nada a purificar nas crianças.

Escutemos então o que ele vai nos dizer. Ele cita primeiro a passagem do Evangelho onde é dito que *quem não renascer da água e do Espírito não poderá entrar no Reino de Deus*[146]. Mas eu já disse que esta não é a questão. Ele logo acrescenta: "Qual é o ímpio que ousaria recusar o benefício da redenção, comum ao gênero humano, a uma criança de qualquer idade que fosse?"[147] Isto não está claro. De qual redenção ele fala? Trata-se de passar do mal ao bem ou do bem ao melhor? O próprio Celestino proclamou, em seu libelo em Cartago, a redenção das crianças e, no entanto, ele não quis reconhecer nelas a transmissão do pecado de Adão.

Capítulo 22

Pelágio continua: "Qual é o ímpio que ousará negar a uma criança nascida para uma vida incerta, de renascer para uma vida perpétua e certa?"[148] Numa primeira leitura eu acredito que, por vida incerta, ele quis designar a vida temporal, mesmo achando que ele deveria chamá-la de mortal, mais do que incerta, já que ela deve terminar infalivelmente pela morte. No entanto, como, apesar de tudo, esta vida é composta de

[146] João 3: 5.
[147] PELÁGIO. *Epistola ad Innocentium*.
[148] Ibidem.

momentos rápidos e fugidios, a qualificação de incerta me parece suficientemente justificada para que ele possa aplicá-la à nossa vida temporal. Assim, embora ele tenha evitado abertamente confessar a morte eterna das crianças que morrem sem o batismo, eu senti minhas inquietações se acalmarem pouco a pouco sob a forma de meu raciocínio. Eu me dizia: "Se, como ele confessa, a vida perpétua só pode ser compartilhada por aqueles que receberam o batismo, as crianças que morrem sem o batismo só podem conseguir a morte eterna. Por outro lado, como essas crianças não podem tem cometido nenhum pecado nesta vida e se elas precisam de justificação, isso só pode ser em razão do pecado original".

Capítulo 23

Muitos de nossos irmãos se apressaram em nos dizer que estas palavras de Pelágio encontram sua explicação natural nesta resposta que ele não para de dar para aqueles que o interrogam: "Eu sei para onde não vão as crianças que morrem sem o batismo, mas eu não sei para onde elas vão". Em outros termos: "Eu sei que elas não entram no reino dos céus, mas, para onde elas vão então?" Ele respondeu e repetiu que o ignora por que não ousa afirmar que a morte eterna foi a partilha necessária das crianças que não podem ser culpadas de nenhum pecado e às quais ele recusou a transmissão do pecado original. Estas foram as palavras nas quais se apoiou em Roma para assegurar sua justificação.

Palavras tão ambíguas que podem perfeitamente abrigar sua crença e servir de ponto de partida para a heresia; sobretudo quando elas são dirigidas a pessoas isoladas e ignorantes, nas quais a menor dificuldade perturba e reduz ao silêncio.

Capítulo 24

Sabemos que sua carta ao papa Inocêncio foi acompanhada do livro de sua fé. Ora, todos os meios que ele emprega para se esconder só servem para expô-lo mais ostensivamente.

Eis o que ele diz: "Acreditamos em um só batismo, que deve ser conferido com as mesmas palavras sacramentais às crianças e aos adultos"[149]. Ele não se contenta em dizer que é o mesmo sacramento que deve ser ministrado a todos, já que esta frase pareceria ambígua; ele vai mais longe e afirma que ela deve ser "conferida a todos com as mesmas palavras sacramentais", de sorte que a remissão dos pecados parece concedida às crianças, não apenas no efeito das coisas, mas também no teor das palavras. Tanto num caso como no outro Pelágio fez algumas proposições conformes com a fé católica, mas a Santa Sé não foi enganada até o fim.

Uma primeira condenação foi feita pelo concílio da África, pois essa doutrina envenenada já havia furtivamente se espalhado por aquela

[149] PELÁGIO. *Libellus fidei* 7.

província e ali tinha feito secretamente um certo número de vítimas. Logo Roma imitou este exemplo, pois Pelágio tinha ali passado longos anos, que ele havia dedicado a pregações e a discussões. Nossos irmãos não hesitaram em golpeá-lo com uma condenação pública, que o papa Zózimo sancionou em uma carta dirigida por ele a todas as igrejas do mundo.

Pelágio, comentando a epístola de São Paulo aos romanos, raciocinou assim: "Se o pecado de Adão afeta mesmo aqueles que não pecaram, então a justiça de Jesus Cristo benéfica também aqueles que não acreditam"[150]. E ele deu a este pensamento todos os desenvolvimentos que, com a graça de Deus, acreditamos ter refutado em nossa obra sobre o batismo das crianças.

Em suas teses gerais, ele evitou colocar em jogo sua própria pessoa, mas, quando ele se sentia perfeitamente conhecido por seus ouvintes, ele se expressava abertamente, sem esconder nenhum de seus pensamentos. Como provas, temos os livros que eu já mencionei. Neles, pelo menos ele não dissimula nada e emprega todas as suas forças para provar que a natureza humana nas crianças não é, de forma alguma, viciada pela transmissão do pecado. Assim, quanto mais ele lhes reconhece direito ao céu, mais ele nega a necessidade de um redentor.

[150] PELÁGIO. *Exp. in Ep. ad Rom.* 5, 15.

Capítulo 25

Em presença de tais afirmações, quem poderia duvidar da existência dessa heresia pestilenta contra a qual a Igreja, com a ajuda de Deus, protesta abertamente? Quanto aos autores dessa heresia __ Pelágio e Celéstio __ ou bem eles se submetem aos rigores da penitência, ou bem, se teimam, sejam solenemente condenados.

Eles dirão que não são os autores dela? Isso seria negar a própria evidência. Mas, enfim, admitamos que eles não sejam seus autores. Eles sempre a defendem, a apoiam, a semeiam e propagam através de suas palavras, suas cartas e todos os meios possíveis. E como é feito ao redor deles um grande barulho, eles veem isso como um pedestal para aumentar sua fama. Num estado de coisas assim, os católicos não devem empregar todas as forças que receberam do Senhor para repelir essa peste e se opor, como uma sentinela vigilante, à sua expansão desastrosa?

Deixemos então de lado todo espírito de controvérsia e respondamos unicamente à necessidade que nos pressiona para responder. Combatamos pela verdade, instruamos os ignorantes, façamos servir para o triunfo da Igreja o que o inimigo maquinou para sua ruína e realizemos assim estas palavras do Apóstolo: *É necessário que entre vós*

haja partidos para que possam manifestar-se os que são realmente virtuosos[151].

Capítulo 26

Em meus escritos eu já discuti longamente esse erro pelagiano que se coloca como adversário declarado da graça que Deus concede aos grandes e pequenos, através de Jesus Cristo Nosso Senhor. Para escapar de qualquer condenação, os pelagianos sustentam que "essa questão da graça não apresenta risco à fé". De tal sorte que, convencidos do erro sobre esta questão, esse erro não seria um crime, mas apenas uma negligência totalmente humana.

Vejamos se pode ser assim. No concílio de Cartago, Celéstio disse o seguinte: "Eu já falei da transmissão do pecado e constatei que, entre os católicos, uns a afirmam e outros a negam. Isso não passa, portanto, de uma questão de opinião, sobre a qual a heresia não é possível. Eu sempre disse que as crianças precisavam do batismo e deviam ser batizadas. O que querem mais?" Isso não é dizer claramente que ele poderia ser acusado de heresia se tivesse negado a necessidade do batismo para as crianças, mas como ele confessa essa necessidade, pouco importando a justificativa dessa necessidade, se verdadeira ou não, este não é um ponto que toca a fé e ele pode errar, mas seu erro não deve ser taxado de heresia?

[151] 1 Coríntios 11: 19.

No libelo que ele publicou em Roma, ele enumera todos os seus artigos de fé, desde a Trindade até a ressurreição dos mortos. Ninguém, no entanto, havia lhe pedido essa enumeração. Depois, chegando à questão debatida, ele diz o seguinte: "Se, fora do domínio da fé, encontramos várias questões vivamente discutidas, eu jamais tive a pretensão de definir qualquer coisa com minha própria autoridade. É unicamente na doutrina dos profetas e dos apóstolos que eu busco as observações e as dúvidas que submeto ao julgamento de seu apostolado. Eu não me esqueço que, em minha qualidade, eu posso me enganar, mas espero de vocês a luz para corrigir meus erros"[152].

Vejam o pensamento que domina essas preliminares. Ele confessa que pode se enganar; não em matéria de fé, mas em matéria de opinião. Que o corrijam como estando enganado, mas não como sendo herético e, quando ele tiver reconhecido a verdade, digam que ele saiu de seu erro, mas que não o acusem de heresia.

Capítulo 27

Celéstio se engana aqui de uma maneira estranha. As questões que lhe agradam ver como estranhas à fé são bem diferentes daquelas que se pode discutir sem tocar na fé e sobre as quais se pode duvidar, suspender seu julgamento definitivo e até mesmo abraçar uma opinião falsa por causa da fraqueza inerente à nossa humanidade.

[152] CELÉSTIO. *Libellus fidei Romae.*

Assim, se pode perfeitamente se perguntar o que era e onde estava situado o paraíso terrestre no qual Deus colocou o primeiro ser humano, em tudo admitindo com a fé cristã a existência desse lugar de delícias. Pode-se perguntar em que lugar se encontram hoje em dia Elias e Enoque, embora estejamos certos de que eles vivem com o mesmo corpo que eles tinham ao nascer. Pode-se perguntar se foi corporalmente ou apenas em espírito que o Apóstolo foi arrebatado até o terceiro céu, mas isso já seria uma curiosidade condenável, pois aquele mesmo que gozou desse privilégio nos confessa que não sabe de nada, sem que essa confissão fira a fé. Pode-se perguntar se os céus são muito numerosos, já que o Apóstolo nos diz ter sido arrebatado até o terceiro; se este mundo visível é composto de quatro ou de um número maior de elementos; o que causa os eclipses do sol e da lua, que os cientistas predizem costumeiramente com a certeza de seus cálculos astronômicos; por que a vida dos antigos patriarcas, que nos falam as Escrituras, era tão longa e se lhes nasciam filhos em proporção com sua idade. Pode-se perguntar qual foi a sorte de Matusalém, já que, por um lado, é certo que ele entrou na arca e que, por outro, segundo a suposição dos manuscritos gregos e latinos, ele deve ter sobrevivido ao dilúvio; ou então deve-se acrescentar fé a alguns raros exemplares que circunscrevem o número de seus anos, de maneira a fazê-lo morrer antes dessa grande expiação?

Nestas questões e num grande número de outras semelhantes, que concernem às obras mais misteriosas da Providência ou às passagens

mais obscuras das santas Escrituras, é muito difícil chegar a uma conclusão definitiva e, sem cometer nenhum atentado à fé cristã, a ignorância, o erro mesmo, não são possíveis em um grande número de pontos, sem que se caia por causa disso na heresia?

Capítulo 28

Mas, quando se trata desses dois homens; dos quais, através de um fomos vendidos ao pecado, enquanto que através do outro somos resgatados do pecado; através de um fomos precipitados na morte, enquanto que, pelo outro, retornamos à vida; através de um formos arrastados por sua própria ruína, por que ele preferiu sua vontade à vontade de seu Criador, enquanto que o outro nos salvou em sua própria pessoa, fazendo, não sua vontade, mas a vontade Daquele que o havia enviado[153]; dizemos, em alto e bom som, o que diz respeito a esses dois homens constitui, propriamente falando, a fé cristã.

Deus é um só e só há um mediador entre Deus e os seres humanos: Jesus Cristo, Deus e homem[154]. Pois não há sob o céu nenhum outro nome dado aos seres humanos, no qual possamos encontrar a salva-

[153] 2 Coríntios 7: 2.
[154] 1 Timóteo 2: 5.

ção[155] e é nele que Deus estabeleceu a fé para todos, ressuscitando-o de entre os mortos[156].

Assim, sem essa fé, ou seja, sem a fé em Jesus Cristo, único mediador entre Deus e os seres humanos, sem a fé em sua ressurreição, que Deus fez o fundamento de nossa crença e que supõe necessariamente a fé em sua encarnação e em sua morte; em outros termos, sem a fé na encarnação, morte e ressurreição de Jesus Cristo, é certo, segundo os princípios católicos, que os antigos justos não puderam ser purificados de seus pecados, nem ser justificados pela graça de Deus; sejam os justos que nos falam as santas Escrituras, sejam aqueles que elas não nos falam e que nem por isso deixaram de existir, seja antes do dilúvio, seja depois do dilúvio até a lei, seja sob o reino da lei, seja nas fileiras do povo de Israel, seja fora desse povo, a exemplo de Jó. Para todos esses justos, foi pela fé no mediador que sua alma foi purificada e que a caridade foi derramada em seus corações pelo Espírito Santo[157], o vento que sopra onde quer[158]. Não em consequência dos méritos, mas antes de qualquer mérito. Como, com efeito, a graça de Deus seria uma graça, se ela não fosse gratuita?

---

[155] Atos 4: 12.
[156] Idem 17: 81.
[157] Cf. Romanos 5: 5.
[158] Cf. João 3: 8.

Capítulo 29

É certo que a morte reinou desde Adão até Moisés[159], pois ela não pôde ser vencida pela lei dada à Moisés. Com efeito, essa lei não foi dada para vivificar[160], mas para mostrar, de uma maneira evidente, o quanto o império da morte pesava sobre os seres humanos e de que necessidade eles tinham da graça vivificante, não apenas para sacudir o jugo da transmissão do pecado, mas também para resistir à concupiscência, que encontrava, de alguma forma, abrigo na lei. Sem dúvida que, tanto quanto hoje em dia, a misericórdia divina não fazia injustamente falta a ninguém, mas a lei só deixava a prevaricação mais manifesta, o reino da morte mais gritante e o direito ao suplício mais certo. Desde então, ela tornou mais imperativa a necessidade de implorar o socorro de Deus, para que onde abundasse o pecado, superabundasse a graça[161], pois somente a graça nos livra deste corpo de morte[162].

Se então, a lei dada a Moisés não pôde livrar nenhuma pessoa do império da morte, por outro lado, mesmo sob a antiga lei, sempre houve pessoas que, ao invés de sofrer os terrores, as severidades e os castigos da lei, encontraram na graça um princípio de alegria, de cura e de libertação. Essas pessoas podiam clamar: *Eis que nasci na culpa, minha mãe*

---

[159] Cf. Romanos 5: 14.
[160] Cf. Gálatas 3: 21.
[161] Cf. Romanos 5: 20.
[162] Idem 7: 24 e 25.

concebeu-me no pecado[163]*. Por causa de meu pecado nada há de intacto nos meus ossos*[164]*. Ó meu Deus, criai em mim um coração puro e renovai-me o espírito de firmeza. De vossa face não me rejeiteis e nem me priveis de vosso santo Espírito*[165]. Muitos podiam dizer: "Eu acreditei, por isso falei". A fé era portanto, para eles, como para nós, o princípio de sua justificação. Daí estas palavras do Apóstolo: *Animados deste espírito de fé, conforme está escrito: Eu cri, por isto falei, também nós cremos, e por isso falamos*[166]. Foi a fé que ditou estas outras palavras: *Uma virgem conceberá e dará à luz um filho e o chamará Emanuel (Deus Conosco)*[167]. A fé falou do Messias: *E este, qual esposo que sai do seu tálamo, exulta, como um gigante, a percorrer seu caminho. Sai de um extremo do céu e no outro termina o seu curso; nada se furta ao seu calor*[168]. A fé falou ao Messias: *Vosso trono, ó Deus, é eterno, de equidade é vosso cetro real. Amais a justiça e detestais o mal, pelo que o Senhor, vosso Deus, vos ungiu com óleo de alegria, preferindo-vos aos vossos iguais*[169].

O que acreditamos hoje como sendo passado, eles acreditavam com o mesmo espírito de fé, como devendo acontecer. Podemos supor

---

[163] Salmo 50: 7.
[164] Salmo 37: 4.
[165] Salmo 50: 12 e 13.
[166] 2 Coríntios 4: 13.
[167] Isaías 7: 14 e Mateus 1: 23.
[168] Salmo 18: 6 e 7.
[169] Salmo 44: 7 e 8.

que essas pessoas não tiveram nenhuma parte da graça que eles profetizavam com uma complacência tão afetuosa? Escutemos estas palavras de São Pedro: *Por que, pois, provocais agora a Deus, impondo aos discípulos um jugo que nem nossos pais nem nós pudemos suportar? Nós cremos que pela graça do Senhor Jesus seremos salvos, exatamente como eles*[170]. Estas palavras não significam que foi pela graça de Jesus Cristo que eles foram salvos e não pela lei de Moisés, pela qual nós pudemos conhecer o pecado, mas não nos curar?

Pela observância da lei nenhum homem será justificado diante dele, porque a lei se limita a dar o conhecimento do pecado. Mas, agora, sem o concurso da lei, manifestou-se a justiça de Deus, atestada pela lei e pelos profetas[171]. Se foi agora que a justiça se manifestou, ela já existia sob a antiga lei, mas estava escondida. O véu que cobria no templo o santuário era o símbolo visível da obscuridade que envolvia a graça. Com a morte do Salvador, esse véu se rasga para anunciar que essa graça se revelaria em todo seu esplendor[172].

É, portanto, certo que a graça de Jesus Cristo, único mediador entre Deus e os seres humanos, foi concedida ao povo de Deus, mas somente de uma maneira oculta e misteriosa, como a chuva em um velo; essa chuva que Deus não deve, mas que concede no tempo e no lugar

[170] Atos 15: 10 e 11.
[171] Romanos 3: 20 e 21.
[172] Cf. Mateus 27: 51.

que ele escolheu[173]. Agora que esse velo está seco, ou seja, que a reprovação pesa sobre o povo judeu, a graça brilhou no seio das nações, como em uma área perfeitamente descoberta[174].

Capítulo 30

Longe de nós então imitar Pelágio e seus discípulos e segui-los nessa arbitrária divisão dos séculos. “Os seres humanos justos inicialmente viveram sob o império da natureza, depois sob o império da lei e, por fim, sob o império da graça”. Eles fizeram durar o império da natureza desde Adão até Moisés. Eles dizem que “Naquela época, os seres humanos não tinham outro guia além da razão para conhecer o Criador. Quanto à direção de sua vida, eles a encontravam escrita, não numa lei exterior, mas em seus próprios corações. Mais tarde, graças à corrupção dos costumes, a própria natureza se tornou insuficiente. Foi então que veio a lei para refletir, com a lua, o esplendor extinto do sol da natureza. Por fim, o hábito do pecado cresceu tanto que a fé se tornou insuficiente para curá-lo. Então, Jesus Cristo desceu à terra e iniciou, não através de seus discípulos, mas por ele mesmo, a cura do gênero humano”[175].

---

[173] Cf. Salmo 67: 10.
[174] Cf. Juízes 6: 36-40.
[175] AGOSTINHO. *Contra duas epp. Pelag.* 1, 21, 39.

Capítulo 31

Segue-se daí que os antigos justos foram inteiramente privados da graça do Mediador, ou melhor, que Jesus Cristo não foi o mediador-humano entre essas pessoas e Deus. A prova disso está em que naquela época em que esses justos viveram, o Verbo não tinha ainda assumido nossa humanidade no seio de Maria.

Mas, sendo assim, como então explicar estas palavras do Apóstolo: *Com efeito, se por um homem veio a morte, por um homem vem a ressurreição dos mortos. Assim como em Adão todos morrem, assim em Cristo todos reviverão*[176]? Se acreditarmos em Pelágio e seus discípulos, a natureza bastou para esses antigos justos e, para se reconciliar com Deus, eles não tiveram nenhuma necessidade do mediador-humano Jesus Cristo. Da mesma forma, não é nele que eles reviverão, pois eles não são seu corpo e nem seus membros, pelo menos no sentido de que ele não pôde tê-los, já que ainda não havia se feito humano para os humanos.

Ora, eis o que a infalível Verdade nos declara, através da boca dos Apóstolos: *Assim como em Adão todos morrem, assim em Cristo todos reviverão*, pois, *se por um homem veio a morte, por um homem vem a ressurreição dos mortos*. Diante de tais palavras, qual cristão ousaria duvidar um só instante que esses justos dos primeiros séculos do mundo

[176] 1 Coríntios 15: 21 e 22.

não sejam chamados à ressurreição para a vida eterna e não para a morte eterna e não possam conseguir sua vivificação em Jesus Cristo? Ora, se eles são vivificados em Jesus Cristo é unicamente por que eles pertencem ao corpo de Jesus Cristo. Se eles pertencem ao corpo de Jesus Cristo é por que eles têm como senhor Jesus Cristo[177]. E Jesus Cristo só pode ser seu senhor na qualidade de Deus e humano juntos e como único mediador entre Deus e os humanos.

Por outro lado, se eles participam de todas essas vantagens, é por que, através de sua graça, eles acreditaram em sua ressurreição. E como ele puderam acreditar em sua ressurreição, se eles ignoravam completamente que ele se faria humano e se não foi essa própria crença que foi o fundamento de sua justiça e de sua santidade? Vocês dirão que a encarnação do Verbo não pôde lhes ser de nenhuma utilidade, pois ela ainda não havia se realizado? Então o julgamento final de Jesus Cristo sobre os vivos e os mortos não é igualmente para nós de nenhuma utilidade, pois ele ainda não se realizou. Mas, se a fé viva no julgamento final deve nos fazer merecer sermos colocados à direita de Jesus Cristo, a fé dos patriarcas na futura encarnação do Verbo não podia fazê-los membros de Jesus Cristo?

[177] Cf. 1 Coríntios 11: 3.

Capítulo 32

Dirão que esses antigos patriarcas tiveram sua salvação não por causa da humanidade, ainda inexistente, de Jesus Cristo, mas por causa de sua divindade, que é eterna? Isso seria um erro grosseiro. Não foi o próprio Salvador que nos disse: *Abraão, vosso pai, exultou com o pensamento de ver o meu dia. Viu-o e ficou cheio de alegria*[178]? Se por esse dia devemos entender a existência humana do salvador, é evidente que estas palavras de Jesus Cristo atestam solenemente que Abraão acreditava na encarnação.

Ora, se Jesus Cristo pôde se submeter à duração temporal, não foi unicamente por causa de sua humanidade, já que, como Deus ele é eterno e o Criador de todos os tempos? Por outro lado, mesmo que estas palavras devam ser entendidas como a própria eternidade, que não conhece ontem e nem amanhã; a eternidade onde o Verbo é igual ao Pai; eu perguntaria sempre como Abraão pôde desejar ver a eternidade de um homem cuja mortalidade futura ele não pôde conhecer.

Eu suponho que se deva restringir o máximo possível o sentido dessas palavras. Eu suponho que com as palavras "Ele desejou ver meu dia", o Salvador apenas quis dizer: "Ele desejou me ver. Eu, que sou o dia permanente, a luz que sempre brilha". Eu suponho que o Salvador tenha falado de seu dia como ele falou de sua vida, quando disse: *Pois*

[178] João 8: 56.

como o Pai tem a vida em si mesmo, assim também deu ao Filho o ter a vida em si mesmo[179]. É certo, sem dúvida, que não há distinção essencial a se estabelecer entre Jesus Cristo e a vida que lhe é própria, pois ele mesmo é a vida, segundo estas palavras: *Eu sou o caminho, a verdade e a vida*[180] e também estas outras, de São João: *Sabemos que o Filho de Deus veio e nos deu entendimento para conhecermos o Verdadeiro. E estamos no Verdadeiro, nós que estamos em seu Filho Jesus Cristo. Este é o verdadeiro Deus e a vida eterna*[181].

Mas daí concluir-se-á que, sem ter nenhum conhecimento da encarnação do Verbo, Abraão desejou vê-lo unicamente na divindade que o torna igual ao seu Pai, como desejaram alguns filósofos, para os quais a humanidade de Jesus Cristo era coisa inteiramente desconhecida? Que me expliquem então o que significa aquele ato misterioso no qual ele ordena ao seu servidor que coloque sua mão sob sua coxa e jure por Deus do céu[182]. Como não ver nesse fato a prova evidente de que Abraão sabia perfeitamente que ele mesmo era o senhor da descendência da qual o Verbo divino tiraria a carne que o revestiria?

[179] João 5: 26.
[180] João 14: 6.
[181] 1 João 5: 20.
[182] Gênesis 24: 2 e 3.

Capítulo 33

Os cristãos encontram igualmente um solene testemunho prestado a essa carne e a esse sangue pelo grão-sacerdote Melquisedec, quando ele abençoou Abraão. E o salmista, muito tempo após Melquisedec e muito tempo antes do acontecimento, resumiu a fé dos patriarcas e a nossa, quando ele clamou: *Tu és sacerdote para sempre, segundo a ordem de Melquisedec*[183].

Com efeito, a todos aqueles que encontram a morte em Adão, Jesus Cristo vem ajudar e foi para isso mesmo que ele foi estabelecido como mediador para a vida. Ora, se ele é mediador, não é por causa de sua condição de igual ao seu Pai, pois, a este título, ele é como seu Pai, infinitamente acima de nós. Onde há igualdade de distância pode haver mediação? Assim, o Apóstolo não se contenta em dizer que *há um só Deus e há um só mediador entre Deus e os homens: Jesus Cristo*[184], mas ele enfatiza estas palavras: *Jesus Cristo, homem*. É então como homem que ele é mediador. O que o torna inferior a seu Pai e o aproxima de nós. O que o eleva acima de nós e o aproxima de seu Pai. Expressemos este pensamento mais claramente ainda: ele é inferior ao seu Pai por que assumiu a forma de escravo[185] e ele nos é superior, mesmo como homem, por que ele é isento de qualquer pecado.

---

[183] Salmo 109: 4.
[184] 1 Timóteo 2: 5.
[185] Cf. Filipenses 2: 7.

Capítulo 34

Desta forma, quem quer que sustente que a natureza humana, em qualquer idade que seja, não precisa ser curada pelo segundo Adão, por que ela não foi viciada no primeiro Adão, não discute uma simples opinião sobre a qual se pode se enganar ou duvidar sem realizar nenhum atentado à fé, mas, quem faz isso se declara abertamente inimigo da graça de Deus, sobre um ponto essencial da fé que nos torna cristãos.

Compreendem que os pelagianos exaltam a época da vida natural como apresentando costumes menos viciados? Eles se esquecem então que os crimes se multiplicaram tanto sobre a terra que, com a exceção de um justo, sua mulher, seus três filhos e suas mulheres, todas as pessoas, por um justo julgamento de Deus, foram engolidas nas águas do dilúvio; como mais tarde a pequena localidade de Sodoma foi devorada pelas chamas[186]. Então, *como por um só homem entrou o pecado no mundo e pelo pecado a morte, assim a morte passou a todo o gênero humano, porque todos pecaram*[187], toda a geração de prevaricadores se tornou uma massa de perdição. Desta forma, todos só foram, são e serão livres pela graça do Redentor.

[186] Cf. Gênesis 7 e 19.
[187] Romanos 5: 12.

Capítulo 35

As Escrituras não nos dizem se antes de Abraão os justos ou seus filhos eram marcados por qualquer sacramento corporal e visível. Quanto a Abraão, ele recebeu o sinal da circuncisão, a imagem da justiça da fé[188]. Ao mesmo tempo ele recebeu a ordem de circuncidar todas as crianças de sua casa, oito dias após o nascimento, de sorte que, aqueles que não podiam ainda acreditar na justiça em seus corações, receberiam, no entanto, o sinal da justiça da fé.

Acrescentemos que o preceito da circuncisão foi imposto com um rigor tal, que o próprio Deus declarou solenemente que, todo aquele que não fosse circuncidado no oitavo dia seria exterminado do meio de seu povo[189]. Se você se perguntar a razão desse horrível castigo, isso não reduziria a nada as argúcias e as vãs declarações de nossos sectários sobre o livre arbítrio, sobre as supostas inocência e pureza da natureza? Que mal, portanto, cometeu voluntariamente uma criança, para merecer ser exterminada do meio de seu povo, se seus pais deixaram de circuncidá-la no oitavo dia? Lembremos que não se trata aqui somente dos terrores da morte temporal, pois, quando se trata da morte dos justos, eis as expressões costumeiramente empregadas: *Ele entregou sua alma e foi unir-se aos seus*[190]; ou então, *Depois disso abençoou-os e foi unir-*

---

[188] Cf. Romanos 4: 11.
[189] Cf. Gênesis 17.
[190] Gênesis 25: 17.

se aos seus pais. Morreu no ano cento e quarenta e seis[191]. Esta imagem era bem natural, pois, se esse povo era mesmo o povo de Deus, o moribundo não tinha que temer ser separado dele por qualquer prova que fosse.

Capítulo 36

Como então nos explicar que uma criança sofresse uma condenação assim sem ter sido culpada de qualquer crime pessoal e voluntário? Que não se diga, como alguns platônicos, que, antes de estar unida ao corpo, a alma de cada criança havia se tornado culpada em outra vida, ao usar a liberdade que já possuía de fazer o bem e o mal. O apóstolo São Paulo não ensina abertamente que aqueles que ainda não nasceram não podem fazer nem o bem e nem o mal[192]? Se então, uma criança é atingida com essa terrível condenação, não é unicamente por que ela pertence à massa de perdição; por que ela é descendente de Adão; por que ela é solidária com o primeiro pecado; não é, por fim, por que ela não foi arrancada dessa solidariedade por uma graça puramente gratuita e não por um favor que lhe era devido por qualquer motivo que fosse? E essa graça, qualquer que seja ela, não é a graça de Deus, por Jesus Cristo Nosso Senhor?

[191] 1 Macabeus 2: 69 e 70.
[192] Cf. Romanos 9: 11.

Ora, dentre todas as figuras que anunciaram esse divino Messias, podemos incluir sem medo a circuncisão do prepúcio. Com efeito, na sucessão das semanas, o oitavo dia é o dia do Senhor, no qual Jesus Cristo realizou sua ressurreição. Depois, Jesus Cristo era a pedra[193] e daí vem, sem dúvida, que a faca da circuncisão era uma faca de pedra, enquanto que a carne do prepúcio era um corpo de pecado.

Capítulo 37

Os sinais figurativos mudaram, quando veio aquele que eles simbolizavam. Mas o socorro do mediador não mudou, pois foi pela fé em sua encarnação que ele resgatou os antigos justos. Como é pela fé que somos mortos para o pecado e para o prepúcio da carne. É pela fé e pela graça que fomos vivificados em Jesus Cristo, em quem somos circuncidados pela circuncisão espiritual[194], figurada pela circuncisão carnal[195], para que fosse destruído o corpo do pecado com o qual nascemos de Adão.

Herdamos de uma fonte condenada e eis o que nos condena, a menos que sejamos purificados pela semelhança da carne de pecado; semelhança que Jesus Cristo assumiu, sem assumir ele mesmo o pecado[196], mas condenando o pecado e se fazendo pecado para nós. Daí es-

[193] Cf. 1 Coríntios 10: 4.
[194] Cf. Colossenses 2: 11 e 13.
[195] Cf. Romanos 6: 6.
[196] Cf. Romanos 8: 3.

tas palavras do Apóstolo: *Em nome de Cristo vos rogamos: reconciliai-vos com Deus! Aquele que não conheceu o pecado, Deus o fez pecado por nós, para que nele nós nos tornássemos justiça de Deus*[197]. Assim, portanto, Deus, com quem nos reconciliamos, tornou o Salvador pecado para nós, ou seja, vítima do pecado, para que nossos pecados nos fossem perdoados. Na antiga lei não chamavam de pecados os sacrifícios ofertados pelos pecados? Jesus Cristo foi, portanto, imolado por nossos pecados, sendo ele mesmo sem mácula ou mancha e encerrando em sua pessoa todas as características que se buscavam nas vítimas animais, para figurar que aquele que viesse para apagar o pecado seria ele mesmo sem pecado.

Qualquer que seja, portanto, o dia em que uma criança é batizada, é sempre verdadeiro dizer que ela é circuncidada no oitavo dia, pois ela é realmente circuncidada naquele que, ressuscitando no terceiro dia após sua morte, realmente ressuscitou no oitavo dia da semana.

Por outro lado, essa criança é circuncidada com uma circuncisão que consiste no despojamento do corpo do pecado[198], ou seja, na absolvição __ através da graça da regeneração espiritual __ da dívida que ela contraiu com o contágio da regeneração carnal. “Ninguém está livre de qualquer mácula, nem mesmo a criança cuja vida não passa de um dia na terra”. E que mácula é esta, se não é a mácula do pecado?

---

[197] 2 Coríntios 5: 20 e 21.
[198] Cf. Colossenses 2: 11.

Capítulo 38

Eis a conclusão que os pelagianos tiram de seus princípios errôneos. Eles dizem: “Então o casamento é um mal e a pessoa gerada pelo casamento não é obra de Deus”. Alguma vez dissemos que o que constitui a bondade do casamento seja a doença da concupiscência, único princípio de amor para os esposos que não conhecem o Senhor, apesar da reprovação feita pelo apóstolo São Paulo[199]? Em nossa opinião, o que constitui o bem do casamento é o pudor conjugal que dirige a paixão carnal para a legítima procriação das crianças. Aliás, que a pessoa nasça do casamento legítimo, da fornicação ou do adultério, em sua qualidade de ser humano, isso pode não ser obra de Deus? Além disso, numa questão em que buscamos, não qual criador, mas qual salvador é necessário ao ser humano, nós não temos que nos ocupar com o que pode haver de bom na procriação da natureza, mas com o que há de mal no pecado, com o qual nossa natureza é certamente viciada.

Ora, dissemos que a propagação da natureza é sempre acompanhada da propagação do vício da natureza, sendo a primeira um bem e a outra um mal. A natureza é obra do Criador e o vício é o resultado da condenação que pesa sobre nossa origem. A natureza tem por causa a benevolência suprema de Deus e o pecado tem por causa a vontade má do primeiro ser humano. A natureza nos revela Deus como primeiro

[199] 1 Tessalonicenses 4: 5.

princípio de toda criatura e o pecado nos revela Deus como vingador supremo da desobediência. Por fim, Jesus Cristo, como Deus, é o criador do ser humano e, após tê-lo criado, ele se fez humano para curá-lo e resgatá-lo.

Capítulo 39

O casamento é, portanto, bom em tudo o que constitui sua natureza. Ora, três coisas constituem casamento: a geração legítima, a fé conjugal e o símbolo de união. Sob o ponto de vista da geração, o Apóstolo clama: *Quero, pois, que as viúvas jovens se casem, cumpram os deveres de mãe e cuidem do próprio lar, para não dar a ninguém ensejo de crítica*[200]. Com relação à fé conjugal, ele igualmente clama: *A mulher não pode dispor de seu corpo: ele pertence ao seu marido. E da mesma forma o marido não pode dispor do seu corpo: ele pertence à sua esposa*[201]. Por fim, com relação à união sacramental, é dito: *Portanto, não separe o homem o que Deus uniu*[202]. Eu tratei destes assuntos nas obras que vocês conhecem[203] e creio, com a graça de Deus, ter falado ali o suficiente. Temos também estas palavras do Apóstolo: *Vós todos consi-*

[200] 1 Timóteo 5: 14.
[201] 1 Coríntios 7: 4.
[202] Mateus 19: 6.
[203] *De Bono Coniugali*.

derai o matrimônio com respeito e conservai o leito conjugal imaculado, porque Deus julgará os impuros e os adúlteros[204].

Quando o casamento é bom, portanto, ele transforma em bem o mal da concupiscência, pois é a razão que deve dirigir a paixão e não a paixão dirigir a si mesma. Ora, a paixão, como observa o Apóstolo, está na lei dos membros revoltados, que se coloca em oposição com a lei do espírito[205]. Quanto à lei do casamento, ela não é outra coisa do que a razão fazendo da concupiscência um uso legítimo. Com efeito, se do mal não pudesse sair nenhum bem, Deus poderia tornar fecundo o adultério? O adultério é, propriamente, um crime horrível. No entanto, quando ele é fecundo, não o imputamos a Deus, que se serve frequentemente do mal cometido pelos humanos para daí sair um bem.

Da mesma forma, os movimentos vergonhosos da concupiscência que inspirou os primeiros culpados a se cobrirem com folhagens[206], não podem ser imputados ao próprio casamento, que torna o dever conjugal não apenas lícito, mas também útil e honesto. Devemos imputá-los apenas ao pecado da desobediência, pois, através de um justo castigo do céu, o ser humano, ao desobedecer a Deus, sentiu seus membros se revoltarem contra ele. Foi por causa dessa revolta que eles se tornaram independentes de sua vontade e ele julgou necessário cobrir a fonte ver-

[204] Hebreus 13:4.
[205] Cf. Romanos 7: 23.
[206] Cr. Gênesis 3: 7.

gonhosa da concupiscência. O ser humano deveria se envergonhar com a obra do Criador, quando o próprio Deus contemplou essa obra e a achou boa? Propriamente, a nudez não desagradava nem a Deus e nem ao ser humano, quando nada havia com o que se envergonhar e nada havia para ser punido.

Capítulo 40

Mesmo que o pecado não tivesse sido cometido, o casamento teria existido, pois não foi em vão que Deus deu, para ajudar Adão, uma mulher e não outro homem. Quanto às palavras *Crescei e multiplicai*[207], elas não são a previsão de pecados condenáveis, mas a bênção do casamento e sua fecundidade. Caso contrário, como se explicaria que Deus, em sua sabedoria, tenha colocado no ser humano um princípio de reprodução?

Portanto, se a natureza não tivesse sido desonrada pelo pecado, o ser humano, longe de sofrer a força cega da concupiscência, a comandaria como mestre absoluto, como ele comanda seu pé para que ele caminhe, sua mão para que ela aja e sua língua para que ela fale. A perturbação e a agitação dos sentidos não aconteceriam, bem como a dor da mulher na perda da virgindade e os gemidos da mãe ao dar à luz. Tudo aconteceria sob o império bem calmo da caridade.

[207] Gênesis 1: 29.

Dificilmente acreditamos nesse estado feliz, por que as coisas se passam de forma bem diferente diante de nossos olhos. Mas eu me dirijo aos cristãos que sabem acreditar na verdade dos divinos oráculos, mesmo quando eles não os percebem através de nenhum fato exterior. Como eu poderia demonstrar como um ser humano pôde nascer exclusivamente do barro e como um de seus lados pôde formar a mulher[208]? No entanto, o que o olho não vê a fé acredita sem hesitar.

Capítulo 41

Não, sem dúvida, eu não posso descrever para vocês esse estado feliz, que teria continuado, se o pecado não tivesse acontecido. Esse estado no qual o casamento teria gozado de uma tranquilidade perfeita, sob o ponto de vista da concupiscência e onde, enfim, todos os membros do corpo estariam completamente submetidos ao império da vontade. Mas, se eu não posso descrevê-lo, as Escrituras estão aí para fixar minha fé neste ponto.

Hoje em dia, quando se trata das relações entre os esposos, em toda parte se acham os traços da concupiscência. Quando se trata da maternidade, ela só acontece através de gemidos e dores. Quando se trata, enfim, do nascimento, ele já está coberto pelas sombras futuras da morte. No entanto, as Escrituras nos ensinam que, se o pecado não tivesse sido cometido, a maternidade seria alegre e a morte desconhecida. Adão

[208] Gênesis 2: 7 e 22.

e Eva se envergonhavam antes do pecado? Por que então, depois do pecado, se cobriram com folhas? Antes do pecado seus olhos não estavam fechados, mas ainda não estavam abertos para o que devia fazê-los se envergonhar. Seus corpos inteiros lhes pareciam obras de arte das mãos de Deus e eles não viam neles nada que os fizessem ter vergonha ou que necessitasse ser coberto. Concluímos então que, se crime não tivesse advindo da desobediência, a vergonha seria desconhecida e o pudor não teria nada a esconder.

Capítulo 42

Não se pode então imputar ao casamento o que aconteceria mesmo se o casamento não existisse. Essa concupiscência é um mal, mas, apesar desse mal, o casamento continua sendo bom e sabe mesmo tirar o bem do mal.

Agora, por que na condição que nos colocou o pecado, a concupiscência é inseparável do dever conjugal, vemos algumas pessoas teimarem em sua cegueira e ignorância e, sob o pretexto de condenar a concupiscência, condenam igualmente o casamento como ilícito e vergonhoso. Eles não querem, portanto, compreender que o que é próprio do casamento, o que faz sua bondade e glória, é a posteridade, o pudor conjugal e o laço sacramental. Ao mesmo tempo que o lado vergonhoso que o acompanha não vem dele e não é o triste fruto da concupiscência.

Por outro lado, como essa concupiscência é necessária ao casamento, para lhe propiciar o primeiro dos bens que lhe é próprio, ou seja, a propagação das crianças, deve-se envolver seu exercício do segredo mais misterioso, subtraí-lo de todos os olhares, até mesmo da presença de outras crianças, cuja idade já fornece oportunidade de perigo. Desta maneira, o casamento pode desfrutar do que lhe é permitido, contanto que escondendo nas sombras o que possa causar vergonha.

Eis o que nos explica o porquê das crianças, que não podem ainda pecar, nascerem, contudo, maculadas pelo contágio do pecado; a mácula não lhes vem do que é permitido, mas do que é vergonhoso. Com efeito, a natureza só nasce do que é permitido, enquanto que o vício nasce do que é vergonhoso. O princípio da natureza é Deus, que criou o ser humano e que estabeleceu a união nupcial entre o homem e a mulher. Quanto ao próprio vício, ele é o fruto enganador da armadilha do demônio e do culposo consentimento do ser humano.

Capítulo 43

Em face de uma prevaricação assim, à qual ele era completamente estranho, Deus se contentou em condenar a vontade culpada do ser humano e em tornar sua posteridade solidária com essa condenação. Desde então todas as crianças que nascessem na sucessão dos séculos seriam legitimamente condenadas por causa de sua raiz prevaricadora.

Ora, é a geração carnal que transmite essa condenação, que só pode ser retirada através da regeneração espiritual. Suponhamos então os pais regenerados; suponhamos que eles perseverem nessa graça, que foi para eles o princípio da remissão de seus pecados; a concupiscência não poderia arruiná-los, a menos que eles não façam uso legítimo dela, dedicando-se a prazeres criminosos, ou propondo-a, mesmo nos limites do casamento, para outros objetivos que não sejam a procriação, ou seja, à satisfação grosseira de seus instintos voluptuosos.

É, portanto, para afastar todo perigo de fornicação por parte dos esposos, que o Apóstolo lhes diz para não se recusarem um ao outro; a não ser por um tempo, com o consentimento de ambos, para se dedicarem mais livremente ao exercício da prece. O Apóstolo diz isso, no entanto, como uma indulgência, não um mandamento[209].

Mas, como o Apóstolo fala de indulgência, isso não sugere uma falta? Ora, considerado propriamente e sem nenhuma comparação com a fornicação, o dever conjugal é bom e legítimo, quando tem por objetivo a procriação, como declaram as leis matrimoniais. No entanto, mesmo quando ele se propõe a este fim honesto, ele é sempre acompanhado de um certo movimento bestial que faz a natureza humana corar e que tem por causa esse corpo de morte que ainda não foi renovado pela ressurreição. Apesar disso, ele não é pecado, quando a razão permanece no

[209] Cf. 1 Coríntios 7: 5 e 6.

poder dirigindo a paixão para o bem e para não deixá-la se voltar para o mal.

Capítulo 44

A concupiscência da carne seria nociva se ela não tivesse o contrapeso da remissão dos pecados. Em toda pessoa que só nasceu, a concupiscência existe e é nociva, mas, naquela que renasceu, ela existe igualmente, mas não prejudica. Ela prejudica tanto aqueles que não renasceram na graça, que não lhes serve de nada serem filhos de pais regenerados. Com efeito, a mácula original é uma mácula pessoal nos filhos de Adão. Pouco importa então que os pais tenham recebido a remissão. A própria carne permanece submetida ao contágio do pecado até que seja inteiramente renovada pela regeneração final, ou seja, pela ressurreição futura, quando então, não apenas não cometeremos pecados, mas também não sentiremos esses desejos viciosos que se tornam pecado quando são acompanhados do consentimento. Isso será o cúmulo da perfeição, à qual nos dispõe o banho sagrado da graça, tal como recebemos nesta vida.

Em virtude dessa regeneração espiritual, todos os nossos pecados passados nos são redimidos e temos direito a essa regeneração da carne para a vida eterna, da qual nossos corpos sairão incorruptíveis e perfeitamente curados desse fogo da concupiscência que o arrasta ao pecado. No entanto, isso ainda é para nós apenas uma esperança e não uma rea-

lidade. Nós ainda não desfrutamos dela, mas a esperamos com paciência.

Segue-se daí que, através do batismo, não apenas recebemos a remissão de todos os pecados dos quais nos tornamos culpados ao consentirmos com nossos desejos viciosos e criminosos; mas somos também purificados de todos esses desejos viciosos, contra os quais devemos lutar, se não queremos nos tornar culpados e que só desaparecerão inteiramente na vida futura.

Capítulo 45

Quanto à mácula original que mencionamos, ela atinge as crianças dos cristãos regenerados, até que essas crianças sejam purificadas no banho da regeneração. O cristão regenerado não regenera, portanto, os filhos da carne; ele apenas pode lhes dar a geração. Ele lhes transmite, não a justiça da regeneração, mas a mácula da geração. Sob este ponto de vista então, quer se trate de um infiel culpado ou de um fiel justificado, as crianças saídas de um ou de outro nascem sempre culpadas e não absolvidas, da mesma forma como, tanto do ramo de uma oliveira selvagem quanto do ramo de uma oliveira doméstica, só brota oliveira selvagem.

Daí eu concluo que o primeiro nascimento submete o ser humano à condenação, da qual ele só pode se livrar através da regeneração. A criança nasce escrava do demônio e é Jesus Cristo que a liberta; ela nas-

ce vítima do sedutor de Eva e o filho de Maria a liberta; ela nasce submetida àquele que, através da mulher, seduziu o homem e é arrancada dele por aquele que nasceu da mulher que não conheceu homem; ela nasce daquele que acendeu a concupiscência no coração da mulher e é salva por aquele que foi concebido no seio da mulher que não sofreu nenhuma ação da concupiscência. Por meio de um só homem o demônio pôde reinar sobre todos os homens e seu império só poderia ser destruído por aquele único que não se submeteu a ele.

Tomemos em seguida os sacramentos da Igreja, tais como nos foram apresentados pela tradição mais antiga e mais respeitada. Nossos adversários dirão que eles eram mais símbolos do que realidades. No entanto, mesmo assim, eles não ousam cobri-los com seu desdém sacrílego. Pois bem! Esses sacramentos da santa Igreja nos ensinam claramente que as crianças, imediatamente após seu nascimento, são libertadas da escravidão do demônio pela graça de Jesus Cristo. Com efeito, sem falar diretamente da própria remissão dos pecados, tal como ela acontece misteriosa e realmente pelo sacramento do batismo, esse sacramento não é precedido dos exorcismos e do sopro misterioso destinado a afastar o poder do inimigo? Com estas palavras solenes os padrinhos e as madrinhas não renunciam a Satã e às suas obras? Todos esses símbolos sagrados não anunciam que a criança é arrancada do império do demônio para passar para o domínio feliz do Redentor? Do Redentor que assumiu nossa fraqueza e acorrentou o homem forte, para

lhe roubar seus bens[210]. São Paulo disse: *A fraqueza de Deus é mais forte do que os homens*[211], mas também como de todos os anjos.

Quando então Deus liberta ao mesmo tempo os pequenos e os grandes, ele prova para nós que foi a própria verdade que falou pela boca do Apóstolo. Não foi então somente os adultos, mas também as criancinhas que ele arrancou do poder das trevas, para transportá-los para *o reino de seu Filho muito amado*[212].

Capítulo 46

Que ninguém se espante e diga "Por que então a bondade de Deus cria o que vai cair no poder da maldade do demônio?" Admiremos mais a bondade com a qual ele concede a fecundidade a todas as suas criaturas e *faz nascer o sol tanto sobre os maus como sobre os bons e faz chover sobre os justos e sobre os injustos*[213]. Foi com essa bondade que ele abençoou e instituiu nas criaturas o poder de se reproduzir. E essa bênção concedida a uma natureza boa, a falta mais criminosa não conseguiria destruir. Essa falta fez com que, através do justo castigo de Deus, os seres humanos nascessem com a mácula do pecado original, mas ela não impediu que os seres humanos nascessem. Nos adultos, os pecados mais graves não conseguiriam destruir a humanidade. A obra

[210] Cf. Mateus 12: 29.
[211] 1 Coríntios 1: 25.
[212] Colossenses 1: 13.
[213] Mateus 5: 45.

de Deus continua sempre boa, quaisquer que sejam os crimes que tendem a desonrá-la.

Sem dúvida que, quando ele segue suas paixões, o ser humano, naturalmente tão nobre, pode ser comparado e considerado semelhante aos animais[214], mas sem se tornar com isso um animal. O que se compara nele não é sua natureza, mas o vício ao qual ele se abandona e o que é comparado não é o vício, mas a própria natureza do animal. Com efeito, comparado ao animal, o ser humano continua ainda de posse de uma grandeza tal, que o vício nele se torna a própria natureza do animal; o que não prova, de forma alguma, que a natureza do ser humano se torna a natureza do animal.

Quanto então Deus condena o ser humano, ele o condena por causa do vício que desonra sua natureza e não por causa de sua natureza, que não é destruída pelo vício. Longe de nós, sem dúvida, o pensamento de acreditar que os animais sejam submetidos à pena da danação. Como eles não têm direito à beatitude, seria justo submetê-los ao castigo? E que injustiça pode haver em sustentar que o ser humano é submetido ao espírito imundo, não em razão de sua própria natureza, mas por causa da mácula que ele traz ao nascer e que não é obra de Deus mesmo, mas da vontade humana?

[214] Cf. Salmo 48: 13.

Esse espírito imundo, na qualidade de espírito, não é bom? E se ele é mau, não é unicamente na qualidade de imundo? Na qualidade de espírito, ele é obra de Deus, mas, se é impuro, ele deve isso somente à sua própria vontade.

Eis o porquê de a natureza mais forte, ou seja, a natureza angélica, se apoiando na comunidade do pecado, ter sob seu domínio a natureza inferior, ou seja, a natureza humana. Eis por que também o Mediador, mais forte do que os anjos, ter se tornado fraco para os seres humanos. Desta maneira, o orgulho do tirano é esmagado pela humildade do Redentor. E aquele que fez de sua força angélica um motivo para cobrir de desdém os filhos dos humanos, se vê vergonhosamente vencido pela fraqueza humana que o Filho de Deus se dignou assumir para nos resgatar.

Capítulo 47

Antes de terminar esta obra, eu creio ter que invocar a autoridade de Santo Ambrósio. Dentre os escritores eclesiásticos de língua latina, este santo é aquele que Pelágio celebra com mais complacência a integridade da fé. Nós já invocamos sua autoridade sobre a graça e vamos invocá-la também sobre o pecado original. Como a remissão deste pecado é o maior triunfo da graça, nele encontraremos a refutação mais fácil das numerosas calúnias de nossos adversários.

Em seu livro sobre a ressurreição, Santo Ambrósio diz o seguinte: "Eu caí com Adão; foi com Adão que eu fui expulso do paraíso; foi com Adão que eu morri; para retornar à vida é também com Adão que eu devo me encontrar, pois, se foi com ele que eu me tornei culpado e condenado à morte, foi com Jesus Cristo que eu fui justificado".

O mesmo doutor escreve aos novacianos: "Nascemos todos escravos do pecado. Nossa origem é manchada pelo vício, segundo as palavras de Davi: *Eis que nasci na culpa, minha mãe concebeu-me no pecado*[215]. Eis o porquê de São Paulo considerar sua carne como sendo um corpo de morte: *Homem infeliz que sou! Quem me livrará deste corpo que me acarreta a morte?*[216] Ora, a carne de Jesus Cristo condenou o pecado, já que ele nasceu sem pecado[217] e ao morrer ele crucificou o pecado. Foi assim que a justificação se derramou, através da graça, em nossa carne, quando antes essa carne não passava de um amontoado de faltas e de iniquidades"[218].

Em seu comentário sobre Isaías, Santo Ambrósio, falando de Jesus Cristo, formula assim seu pensamento: "Como homem ele foi testado de todas as maneiras e sofreu todas as dores em sua semelhança com os homens. Mas o pecado não conseguiu jamais manchar sua natureza,

---

[215] Salmo 50: 7.
[216] Romanos 7: 24.
[217] Cf. Hebreus 4: 15.
[218] AMBRÓSIO. *De Paenitentia*. Livro I, Cap. II e III.

por que havia nascido do Espírito[219]. Com efeito, todo ser humano é mentiroso e *ninguém é bom senão só Deus*[220]. Assim, não é sem razão que é dito que todo aquele que nasceu do relacionamento entre um homem e uma mulher conheceu o pecado desde seu nascimento. O único que nasceu sem pecado nasceu fora deste tipo de concepção"[221].

Em seu comentário sobre o evangelho de São Lucas, Santo Ambrósio diz igualmente: "Quando se trata do nascimento do Salvador, afastemos qualquer ideia puramente humana, qualquer profanação da virgindade; foi o próprio Espírito Santo que, em um ventre inviolado, depositou uma semente imaculada. Único entre todos aqueles que nasceram de uma mulher, Jesus Cristo não provou a corrupção de uma origem maculada. Ele foi o único que afastou a vergonha com a novidade da geração imaculada e com a majestade de sua natureza divina"[222].

Capítulo 48

Com estas palavras do santo doutor, que ele elogia tanto, por que então Pelágio opõe a contradição mais manifesta, quando ousa clamar: "da mesma forma como nascemos sem virtude, nascemos também sem vício"?

---

[219] Cf. Hebreus 4: 15.
[220] Marcos 10: 18 e Lucas 18: 19.
[221] Obra desaparecida.
[222] AMBRÓSIO. *Expositio Evangelii Secundum Lucam*. Livro II, Cap. II, Seç. 56.

Pelágio tem, portanto, uma só coisa a fazer: ou bem ele condena seu erro, ou bem ele se arrepende de ter louvado Santo Ambrósio. Mas este último, em sua qualidade de bispo católico, só fez formular a doutrina e a fé verdadeira. Daí eu concluo que, saindo do caminho correto da fé, Pelágio e seu discípulo Celéstio devem se considerar como diretamente condenados pela Igreja católica; a menos que eles se arrependam, não de terem louvado Santo Ambrósio, mas de terem se colocado em contradição com a doutrina de Santo Ambrósio.

Eu sei que vocês leem com o ardor mais vivo todas as obras que visam a edificação ou a confirmação da fé. Foi com este objetivo que eu compus esta e, apesar de seu ardor sem limites, eu devo por fim me limitar e encerrar.

Créditos

Original: *De gratia Christi et de peccato originali*

© 418 Aurelius Augustinus Hipponensis
© 2018 Teodoro Editor: Niterói – Rio de Janeiro - Brasil

Tradução de Souza Campos, E. L. de

Traduzido de: *De la Grâce de Jésus-Christ et du Péché Originel*. Tradução de: Abbé Burleraux in *Œuvres complètes de Saint Augustin, sous la direction de M. Raulx, Bar-le-Duc, 1871*

Conteúdo

A graça de Jesus Cristo e o pecado original 2
Livro I: A Graça de Jesus Cristo 2
Introdução 2
Capítulo 01 3
Capítulo 02 3
Capítulo 03 5
Capítulo 04 6
Capítulo 05 7
Capítulo 06 8
Capítulo 07 10
Capítulo 08 11
Capítulo 09 13
Capítulo 10 15
Capítulo 11 16
Capítulo 12 18
Capítulo 13 19
Capítulo 14 20
Capítulo 15 22
Capítulo 16 24
Capítulo 17 25
Capítulo 18 26
Capítulo 19 27
Capítulo 20 28
Capítulo 21 29
Capítulo 22 29
Capítulo 23 31
Capítulo 24 32
Capítulo 25 34
Capítulo 26 36
Capítulo 27 38
Capítulo 28 40
Capítulo 29 41

Capítulo 30 41
Capítulo 31 42
Capítulo 32 43
Capítulo 33 44
Capítulo 34 45
Capítulo 35 47
Capítulo 36 48
Capítulo 37 49
Capítulo 38 49
Capítulo 39 50
Capítulo 40 51
Capítulo 41 52
Capítulo 42 52
Capítulo 43 53
Capítulo 44 55
Capítulo 45 56
Capítulo 46 58
Capítulo 47 59
Capítulo 48 59
Capítulo 49 60
Capítulo 50 62
Capítulo 51 62
Capítulo 52 64
Capítulo 53 65
Capítulo 54 66
Capítulo 55 67
Livro II: O Pecado Original 69
Introdução 69
Capítulo 01 69
Capítulo 02 70
Capítulo 03 71
Capítulo 04 72
Capítulo 05 73
Capítulo 06 74

Capítulo 07 75
Capítulo 08 75
Capítulo 09 76
Capítulo 10 78
Capítulo 11 79
Capítulo 12 80
Capítulo 13 82
Capítulo 14 83
Capítulo 15 85
Capítulo 16 87
Capítulo 17 88
Capítulo 18 90
Capítulo 19 90
Capítulo 20 92
Capítulo 21 92
Capítulo 22 93
Capítulo 23 94
Capítulo 24 95
Capítulo 25 97
Capítulo 26 98
Capítulo 27 99
Capítulo 28 101
Capítulo 29 103
Capítulo 30 106
Capítulo 31 107
Capítulo 32 109
Capítulo 33 111
Capítulo 34 112
Capítulo 35 113
Capítulo 36 114
Capítulo 37 115
Capítulo 38 117
Capítulo 39 118
Capítulo 40 120

Capítulo 41 _____ 121
Capítulo 42 _____ 122
Capítulo 43 _____ 123
Capítulo 44 _____ 125
Capítulo 45 _____ 126
Capítulo 46 _____ 128
Capítulo 47 _____ 130
Capítulo 48 _____ 132
Créditos _____ 134
Conteúdo _____ 135